

RELATÓRIO
CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
SÃO PAULO
REGIONAL ARICANDUVA

Local: CEDESP N. Lar / Av. Regente Feijó, 1500 - Vila Formosa

Data: Quinta-feira, 30 de julho de 2015.

Conferência Regional de ARICANDUVA

Fernando Haddad

Prefeito

Luciana de Toledo Temer Lulia

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Cristina Margareth de Souza Cordeiro

Secretária Municipal Adjunta da Assistência e Desenvolvimento Social

Mariana Chiesa Gouveia Nascimento

Chefe de Gabinete

Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo

Sociedade Civil – Titulares

Carlos Nambu (coordenação)

Natanael de Jesus Oliveira

Valeria da Silva Reis Ribeiro

Sociedade Civil – Suplentes

Daniel Martins Silva

Vera Aparecida Salgueiro Pereira

SMADS

Ana Maria de Almeida E. Cotic

Carmem Ligia Fontoura Bongiovanni

Conceição Lopes S. Mingato

Maria Izabel Rangel de Souza

Mirella Ferraz

Vânia Baptista Nery

FAS/SP

Regina Nascimento da Silva

Tatiana Penna Madeira

Ricardo de Lima

FEBAS

Elisabete Antolino

Elisabete Clementino Ferreira Lopes

Lucy Leite Balby

Poder Público - Titulares

Cássia Goreti da Silva

Gabriela Biazzi Justino da Silva

Walter Antonio Morato

Poder Público Suplentes

Claudia Elizabete da Silva

Secretária Executiva

Daiane Silva Liberi

Susana de Almeida Silva

Comissão de Apoio a Infraestrutura

Cristina Cordeiro (Secretaria Adjunta)

Kátia Cilene Gregorio (ESPASO)

Luis Antonio Glampaulo Sarro (Jurídico)

Pierra Barbosa Venturato (Cerimonial)

Rosana Costa Correa Parra (CGA)

Comissão Regional

Sociedade Civil

Maria Ângela da Silva (Coordenação)

Rosemary Bonifacio

Ricardo Sconamiglio

Solange S. Ambrósio

Poder Público

Tamara dos Santos Cereja (Coordenação)

Noeli Marques G. de Barros

Maria Magalhães da Soledade

Conferência Regional de ARICANDUVA

Equipe Técnica

Brisa Serena Nascimento Guedes
Carolina Lopes de Oliveira
Claudiomar Queiroz da Cruz
Cristiane Hypolito
Cristiane da Costa Santos
Daniel Guilherme Machado Pinto
Daniela Kawano
Edson Luiz Pereira
Elizangela Claro de Sousa
Fábio Candido Bezerra
Fernanda Cândido Bezerra
Jefferson de Souza Santana

Jorge Fernando Ribeiro
Juliana Da Silva Henrique
Marcel de Paula Silva
Marcelo Pinzetta
Maria Luiza Roda e Silva
Mariane Oliveira da Silva
Patrícia Alves de Mendonça
Robson Ferreira da Silva
Suzimar Wacton de Moraes
Vinícius de Oliveira Simões
Wilson Pinzetta

Relatório

Bianca Gonçalves de Oliveira Giudici

Palestrante

Profa. Ana Maria Dias Castilho

Conferência Regional de ARICANDUVA

Lista de Siglas

BDC – Banco de Dados do Cidadão	CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada	CRECI – Centro de Referência de Cidadania para Idosos
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais	DEIJ – Departamento de Execuções da Infância e da Juventude
CAPE – Central de Atendimento Permanente e Emergências	DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
CCA – Centro da Criança e do Adolescente	DIPRO Departamento de Estatística e Produção de Informação
CECOAS – Centro de Conhecimento em Assistência Social	DRU - Desvinculação da Receita da União
CEDESP – Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo	ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
CEF – Caixa Econômica Federal	EIS – Escritório de Inclusão Social
CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo	ESPASO – Espaço Público do Aprender Social
CGA – Coordenadoria da Gestão Administrativa	FAS – Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo
CGB – Coordenadoria da Gestão de Benefícios	FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social
CIB – Comissão Intergestores Bipartite	FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
CIT – Comissão Intergestores Tripartite	FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
CMESCA – Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes	IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social	ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos
CNRVV – Centro de Reverência às Vítimas de Violência	INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
COEGEMAS – Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social	IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
COGEAS – Coordenadoria Geral de Assistência Social	IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social	LA – Liberdade Assistida (medida socioeducativa em meio aberto)
COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
COMDEC – Comissão de Defesa Civil	LOA – Lei Orçamentária Anual
CONGEMAS – Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social	LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
CONSEAS – Conselho Estadual de Assistência Social	MC – Ministério das Cidades
COPS – Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais	MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
CPSB – Coordenadoria de Proteção Social Básica	MEC – Ministério da Educação
CPSE – Coordenadoria de Proteção Social Especial	MF – Ministério da Fazenda
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social	MP – Ministério Público
	MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
	MS – Ministério da Saúde
	MSE – Medida Socioeducativa

Conferência Regional de ARICANDUVA

MT – Ministério dos Transportes	SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão
NOB-RH – Norma Operacional Básica – Recursos Humanos	SASF – Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Básica no Município
NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social	SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE)
PAIF – Programa de Atendimento Integral à Família	SEDM – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Metropolitano
PBF – Programa Bolsa-Família	SEDS – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social
PEA – População Economicamente Ativa	SEE – Secretaria Estadual de Educação
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego	SEF – Supervisão de Eventos Funcionais
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação
PGRFMM – Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal	SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento
PLANSEQ – Plano de Qualificação e Inserção Profissional para beneficiários do Programa Bolsa-Família	SEO (NovoSEO) – Sistema de Execução Orçamentária
PLAS – Plano Municipal de Assistência Social	SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho
PNAA – Programa Nacional de Acesso à Alimentação	SF – Secretaria de Finanças
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	SGD – Sistema de Garantia de Direitos
PNAS – Política Nacional de Assistência Social	SIAl – Sistema Integrado de Ações Intersecretariais
PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.	SIMPROC – Sistema de Cadastro e Consulta de Processos Municipais e Recursos Humanos
PPA – Plano Plurianual	SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo
PRO-AIM – Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade da SMS	SIPIA – Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência
PRODAM – Empresa de Processamento de Dados do Município	SIS-RUA – Sistema de Informações sobre a População em Situação de Rua
PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens	
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania	
PROSOCIAL – Banco de Dados dos Programas de Transferência de Renda do Estado de São Paulo	
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade (medida socioeducativa em meio aberto)	
PSF – Programa de Saúde da Família	
PTR – Programa de Transferência de Renda	
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo	

Conferência Regional de ARICANDUVA

Sumário

1. Introdução	3
1.1 Temática e Objetivos	6
2. Credenciamento	8
2.1 Perfil dos Participantes	10
3. Realização	12
3.1 Programação	12
3.2 Plenária Inicial	13
3.2.1 Composição da Mesa de Abertura	13
3.2.2 Palestra Magna	14
3.2.3 Composição de trabalho	14
3.2.4 Leitura e aprovação do Regimento Interno	14
3.2.5 Regimento Interno Aprovado	17
4. Relatório por Dimensão	24
4.1 Dimensão 1	24
4.1.1 Participação	24
4.1.2 Relatoria	24
4.1.3 Quadro do instrumental Dimensão 1 – Propostas gerais	27
4.1.4 Quadro do instrumental Dimensão 1 – Encaminhado para o pleno	28
4.2 Dimensão 2 - “Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS”	30
4.2.1 Participação	30
4.2.2 Relatoria	30
4.2.4 Quadro do instrumental Dimensão 2 – Encaminhado para o Pleno	36
4.3 Dimensão 3 – “Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo”	37
4.3.1 Participação	37
4.3.2 Relatoria	37
4.3.3 Quadro do instrumental Dimensão 3 – Propostas Gerais	43
4.3.4 Quadro do instrumental Dimensão 3 – Encaminhado para o Pleno	44
4.4 Dimensão 4 – “Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo”	45

Conferência Regional de ARICANDUVA

4.4.1	Participação.....	45
4.4.2	Relatoria.....	45
4.4.3	Quadro do instrumental Dimensão 4 – Propostas Gerais.....	49
4.4.4	Quadro do instrumental Dimensão 4 – Encaminhado para o Pleno.....	50
4.5	Dimensão 5 – “Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo”	51
4.5.1	Participação.....	51
4.5.2	Relatoria.....	51
4.5.3	Quadro do instrumental Dimensão 5 – Propostas Gerais.....	57
4.5.4	Quadro do instrumental Dimensão 5 – Encaminhado para o Pleno.....	58
5.	Plenária Final	59
5.1	Moções	59
5.2	Prioridades Dimensões	60
5.3	Eleição de delegados e candidatos a delegados	64
6.	Avaliações da Conferência Regional de ARICANDUVA.....	68

ANEXOS

Anexo 1	Lista de Presença Planificada em Ordem Alfabética
Anexo 2	Apresentação SAS ARICANDUVA
Anexo 3	Apresentação Palestra Magna
Anexo 4	Dinâmica de Grupo – “Escuta por Minuto”
Anexo 5	Metodologia de Condução dos Trabalhos em Grupo
Anexo 6	Apresentação e Aprovação das Propostas para a Plenária
Anexo 7	Relação de Delegados
Anexo 8	Relatório de Visita Técnica
Anexo 9	Fichas de Avaliação
Anexo 10	Quadro Instrumental 2 – Informações Gerais da Conferência e Programação da Conferência conforme divulgado no site do COMAS
Anexo 11	Documentação Fotográfica
Anexo 12	Fichas Originais e completas dos Conferencistas
Anexo 13	Lista de Presença Original
Anexo 14	Lista de Presença de Convidados e Observadores
Anexo 15	Moções Originais
Anexo 16	CD com relatório na versão digital, lista de presença planificada e áudio da Conferência Regional

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 consagrou a concepção de Seguridade Social, enquanto Política Pública de Proteção Social, política de direitos, universal e de responsabilidade estatal, composta pelo tripé: Saúde, Previdência e Assistência Social.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS destaca ainda, o desafio da participação dos usuários nos conselhos de assistência social.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS tem como princípios a compreensão da matricialidade sócio-familiar, da descentralização político-administrativa e da territorialização, estabelecendo novas bases para relação entre Estado e a Sociedade Civil, para o financiamento e controle social da Política. Dentre seus eixos estruturantes está a valorização do controle social, estabelecendo um sistema democrático e participativo.

Seguindo esta trilha, necessário se faz a citação do controle social estabelecida na PNAS, que teve sua origem nos marcos legais aqui já citados, ou seja, Constituição Federal, Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS e Sistema Único de Assistência Social/SUAS:

*“O **controle social** tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa”.*

Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais.

Conferência Regional de ARICANDUVA

Na conformação do Sistema Único de Assistência Social, os espaços privilegiados onde se efetivará **essa participação são os conselhos e as conferências.**

As conferências têm o papel de avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para a política, verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado (artigo 18, inciso VI, LOAS, conforme descrito no PNAS/2004)

A nova versão da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), marco fundamental na estruturação do SUAS, promove avanços significativos na gestão e oferta de serviços socioassistenciais no Brasil, incentivando a participação e controle social. Aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012, NOB-SUAS 2012 em seu Art. 114 estabelece que:

“A participação social deve constituir-se em estratégia presente na gestão do SUAS, por meio da adoção de práticas e mecanismos que favoreçam o processo de planejamento e a execução da política de assistência social de modo democrático e participativo”, e em seu Art. 125 institui que: O estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nas instâncias de deliberação da política de assistência social, como as conferências e os conselhos, é condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais.”

A partir destas determinações, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS tem contribuído para o fortalecimento do COMAS/SP, colegiados e fóruns para que se consolidem como espaços efetivos de participação da sociedade civil organizada.

No município de São Paulo, o Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS/SP criado em 2001 é a instância colegiada paritária do SUAS, composto pelos órgãos do governo municipal, por organizações da sociedade civil, representantes dos usuários e trabalhadores dos serviços socioassistenciais, sendo assim, um órgão deliberativo, normativo e fiscalizador da Política de Assistência

Conferência Regional de ARICANDUVA

Social, diretamente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS.

O Conselho, dentre suas muitas atribuições, tem a responsabilidade de realizar a Conferência de Assistência Social na Cidade de São Paulo. As Conferências Municipais da Assistência Social de 2015, que se realizarão em todo país, convocadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, organizadas pelos Conselhos Municipais, com o apoio dos respectivos órgãos gestores - constituem-se na instância de maior importância para que a participação popular possa realizar-se de fato nos marcos **do SUAS**. O tema: "**CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026**" foi definido para a XI Conferência Nacional de Assistência Social pelo CNAS, que orientará as Conferências Estaduais e Municipais.

Considerando o Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026 - O SUAS que temos e o SUAS que queremos, os avanços exigirão novas estratégias e mecanismos que potencializem a capacidade de gestão e articulação intersetorial, a qualificação das prestações e a ampliação da capacidade do Sistema de incorporar especificidades do território e das populações atendidas. Os desafios irão além dos resultados alcançados pelas conferências antecessoras, projetarão um direcionamento da política para os próximos 10 anos, visando a construção de diretrizes para o Plano Decenal 2016-2026.

Haverá, portanto, a necessidade de mobilização nacional em torno do lema “o SUAS que temos e o SUAS que queremos. Para tanto deve-se levar em conta o enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, benefícios, programas e projetos nos territórios, o Pacto Federativo e a consolidação do SUAS, o fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática e as diretrizes para o SUAS nos próximos dez anos: Plano Decenal 2016-2026.

Conferência Regional de ARICANDUVA

1.1 Temática e Objetivos¹

Eixo Norteador: As Diretrizes para o SUAS nos próximos dez anos – Plano Decenal 2016-2026

Tema: Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026.

Lema: Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que queremos.

Objetivo: Avaliar a situação da Assistência Social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo.

Subtemas

Subtema 1 – O enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda nos territórios.

Subtema 2 – O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS.

Subtema 3 – Fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática.

*Os conteúdos dos subtemas encontram-se no Informe CNAS nº 01/2015

¹ Informes nºs 1 e 4/2015 – Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Conferência Regional de ARICANDUVA

Dimensões

Dimensão 1 – Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.

Dimensão 2 – Participação Social como fundamento do pacto federativo SUAS.

Dimensão 3 – Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo.

Dimensão 4 – Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo.

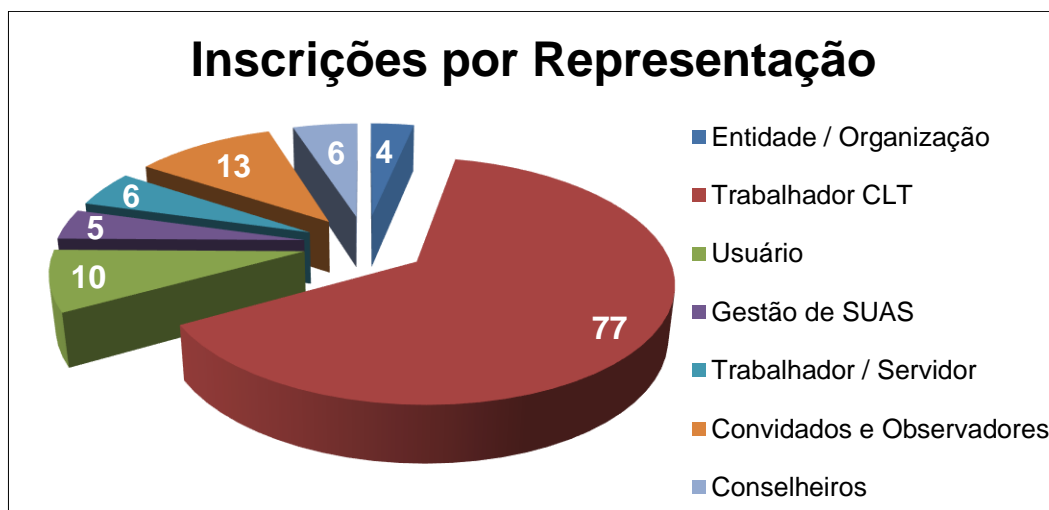
Dimensão 5 – Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo.

Conferência Regional de ARICANDUVA

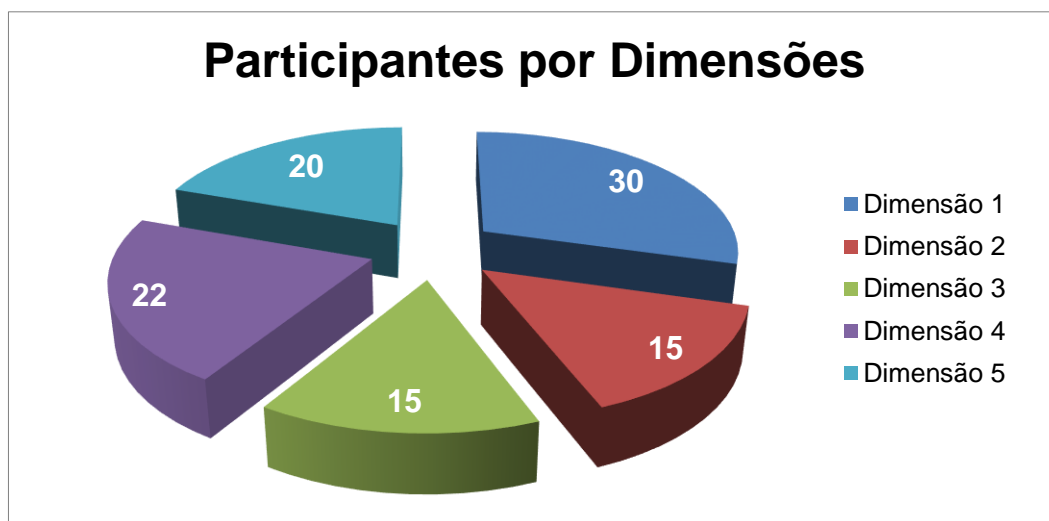
2. Credenciamento

O credenciamento foi iniciado às 8h00 e encerrado às 10h59, após definição em regime de votação durante a plenária e números de credenciamento da **Conferência Regional de ARICANDUVA** foram os seguintes:

- 72 (setenta e dois) participantes inscritos *online*;
- 49 (quarenta e nove) participantes inscritos presencialmente;
- 0 (zero) participante inscrito após a conclusão da mesa de trabalho, de acordo com definição durante a plenária de abertura;
- 5 (cinco) salas usadas no total, sendo 1 (uma) para cada dimensão;
- Total no final do credenciamento: **121** (cento e vinte e um) participantes.



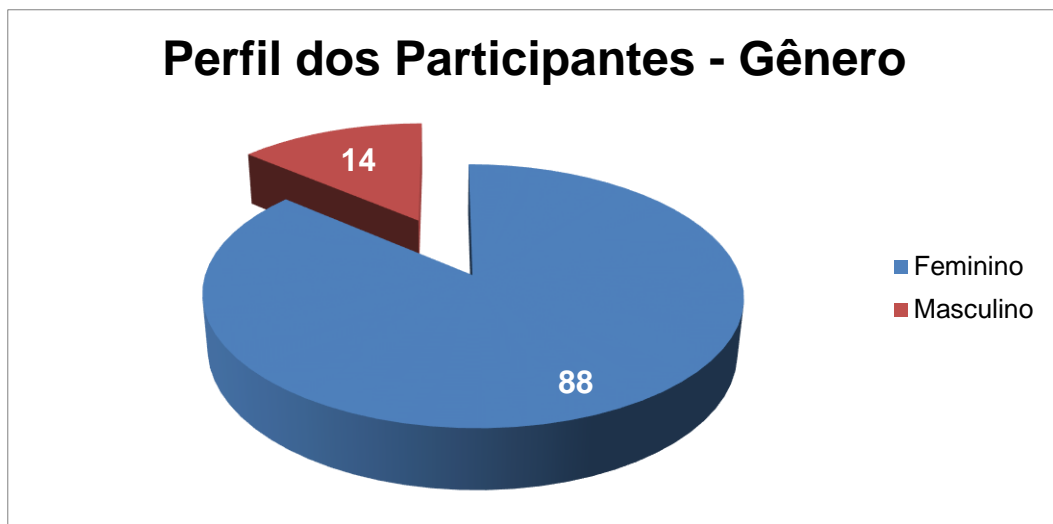
<u>Categoria</u>	
Entidade / Organização	4
Trabalhador CLT	77
Usuário	10
Subtotal Sociedade Civil:	91
Gestão de SUAS	5
Trabalhador / Servidor	6
Subtotal Poder Público:	11
Convidados e Observadores	13
Conselheiros	6
Total:	121



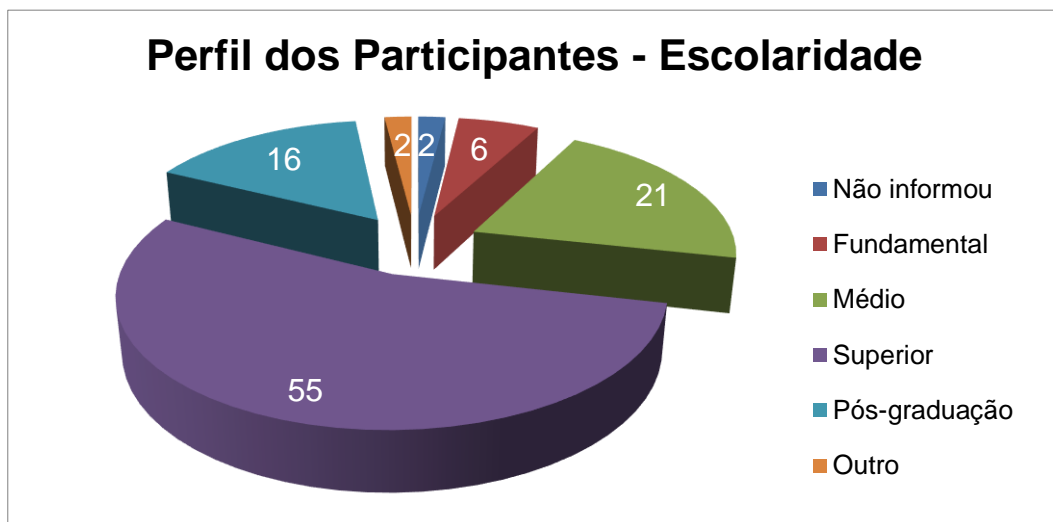
<u>Dimensões</u>	
Dimensão 1	30
Dimensão 2	15
Dimensão 3	15
Dimensão 4	22
Dimensão 5	20
Total:	102

As listas completas de presença e fichas de inscrição devidamente preenchidas podem ser conferidas no **Anexo 1**, ao final deste relatório.

2.1 Perfil dos Participantes

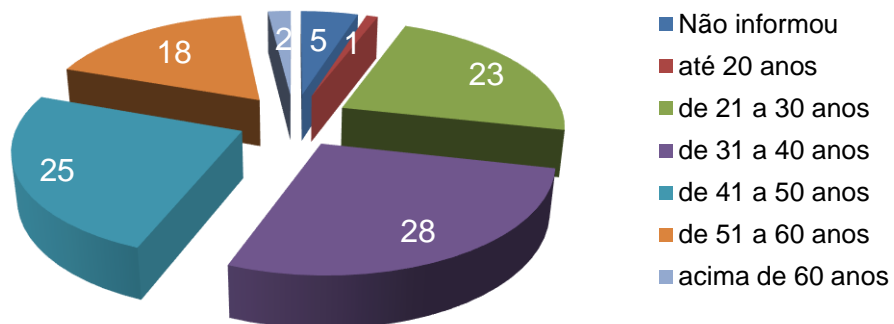


Gênero	
Feminino	88
Masculino	14
Total:	102



Escolaridade	
Não informou	2
Fundamental	6
Médio	21
Superior	55
Pós-graduação	16
Outro	2
Total:	102

Perfil dos Participantes - Faixa etária



Faixa etária	
Não informou	5
até 20 anos	1
de 21 a 30 anos	23
de 31 a 40 anos	28
de 41 a 50 anos	25
de 51 a 60 anos	18
acima de 60 anos	2
Total:	102

Conferência Regional de ARICANDUVA

3. Realização

A **Conferência Regional de Assistência Social de ARICANDUVA** foi realizada na quinta-feira, dia 30 de julho de 2015, no CEDESP N. Lar localizado à Av. Regente Feijó, 1500, no bairro de Vila Formosa

Os participantes são moradores das comunidades, entidades sociais, representantes do Poder Público, usuários e trabalhadores do SUAS. A SAS de ARICANDUVA é composta dos distritos de Aricanduva, Carrão e Vila Formosa, cuja área é de 21,5km² e a população de 267.702 habitantes. Possui 1 (um) CRAS, 1 (um) CREAS e 20 (vinte) Serviços Conveniados da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, conforme publicação no Atlas Socioassistencial da Cidade de São Paulo, de janeiro de 2015.

3.1 Programação

<i>Manhã</i>		<u>Atividade</u>
<u>Início</u>	<u>Término</u>	
8h	10h59	Credenciamento
8h	9h	Café da Manhã
9h06	9h30	Plenária de Abertura
9h30	10h30	Palestra Magna
10h30	11h20	Leitura e Aprovação do Regimento Interno
11h25	12h30	Início dos Trabalhos em Grupo
12h40	13h40	Almoço

<i>Tarde</i>		<u>Atividade</u>
<u>Início</u>	<u>Término</u>	
13h45	15h30	Trabalho em Grupos para definição de diretrizes
	15h30	Prazo Final para Entrega das Moções
15h30	15h30	Aprovação das Moções
15h35	16h	Leitura e Aprovação das diretrizes definidas em Grupos
16h	16h15	Eleição de Delegados e Candidatos a Delegados
	16h15	Encerramento

Conferência Regional de ARICANDUVA

3.2 Plenária Inicial

09h06 – Início da plenária

A **Conferência Regional de ARICANDUVA** teve início com informes referentes ao credenciamento e chamamento dos membros que compuseram a mesa de abertura.

3.2.1 Composição da Mesa de Abertura

<i>Mesa de Abertura</i>	
<i>Nome</i>	<i>Representação</i>
Sra. Cássia Goreti da Silva	Presidenta do COMAS
Sr. Carlos Nambu	Coordenador da Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social
Sra. Maria da Conceição	Representante do SAS e e membro da Comissão Organizadora Regional
Sra. Thamara Cerejo	Representante do Poder Público
Sra. Marcia Leite	Representante do Segmento de Usuários
Sra. Maria Ângela	Representante da Sociedade Civil

A mestre de cerimônia agradeceu CEDESP pela concessão do espaço e passou a palavra para os membros da mesa, que saudaram a todos os presentes. Falaram, posteriormente, sobre a importância do momento da Conferência Regional para a definição de Políticas Públicas da Assistência Social em São Paulo.

Em destaque, a Representante do Poder Público, indicou o esforço da organização em trazer todos os segmentos para participar da conferência. O Coordenador da Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social parabenizou a comissão regional e informou ao plenário que o trabalho do dia era técnico e necessário para construir o plano decenal para o SUAS. A Presidenta do COMAS lembrou as conquistas da Assistência Social até o momento e reconheceu que ainda há muito a fazer.

A Representante do SAS e membro da Comissão Organizadora Regional foi chamada para iniciar a apresentação dos dados referentes à região atendida pelo SAS

Conferência Regional de ARICANDUVA

Aricanduva, apontando a quantidade de usuários atendidos e o número de serviços e equipamentos existentes no território.

Posteriormente, Sra. Ana Castilho foi apresentada para a realização da Palestra Magna.

3.2.2 Palestra Magna

A Profa. Ana Castilho deu início à Palestra Magna, conforme quadros apresentados no **Anexo 3**. Ao término da apresentação, a mesa foi recomposta às 10h38.

3.2.3 Composição de trabalho

<u>Mesa de Abertura</u>	
<u>Nome</u>	<u>Representação</u>
Sr. Carlos Nambu	Coordenador da Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social
Sra. Maria Ângela	Representante da Sociedade Civil
Sra. Thamara Cerejo	Representante do Poder Público
Sra. Teresinha Cristina da Silva	Representante do Poder Público
Sra. Rosemary Bonifácio	Representante da Sociedade Civil

3.2.4 Leitura e aprovação do Regimento Interno

Inicialmente, o Coordenador da Comissão Organizadora Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social declarou o número de participantes credenciados e explicou a resposta do COMAS à moção de repúdio referente à deliberação do CONSEAS bem como o funcionamento da leitura do Regimento Interno e destaques.

Conferência Regional de ARICANDUVA

Dando abertura à leitura do Regimento Interno, o coordenador da Comissão Organizadora Central pediu algumas correções que tiveram de ser feitas antes da leitura do Regimento. Foram alterações necessárias, as seguintes:

<u>Referência</u>	<u>Alteração</u>
Título	Inclusão da palavra Regional após Conferência, indicando a nova nomenclatura do evento.
Capítulo I, Art. 8º §1º	Alteração do trecho “ <i>que a Ficha de Credenciamento deverá ser obrigatoriamente devolvida até a abertura do plenário do período da tarde para confirmação do credenciamento</i> ” para “ que a Ficha de Credenciamento deverá ser recolhida pela empresa para confirmação do credenciamento ”
Capítulo III – dos Grupos	Inclusão da letra A , após III, para diferenciação do capítulo que discorre sobre a temática;
Capítulo V	Correção da descrição da Resolução COMAS de 1017 e 1018/2015 para 1017 e 1016/2015
Capítulo V, Art. 17º, VI, §3º	Inclusão da palavra candidatos antes da palavra Delegados
Capítulo V, Art. 17º, VII	Inclusão do termo candidatos a delegados no antes de X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo
Capítulo V, Art. 18º, Par. Único	Inclusão do termo candidato a antes de Delegado

Durante a leitura do Regimento Interno:

<u>Referência</u>	<u>Propostas</u>	<u>Texto Aprovado</u>	<u>Votos</u>
Capítulo II, Art. 9º	Alteração do horário de credenciamento e inclusão da palavra “ dimensões”	10h59 – Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional e encerramento do credenciamento dos participantes; (...) 14h00 – Continuação dos trabalhos dos grupos por Dimensões;	Aprovada
Capítulo IV, Art. 14º	Inclusão do trecho “(12 assinaturas”	Art. 14 - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 10% (12 assinaturas) dos participantes.	Aprovada

Conferência Regional de ARICANDUVA

Em regime de votação, o Regimento Interno foi aprovado por contraste às 11h20. Assim, a plenária inicial da **Conferência Regional de ARICANDUVA** foi encerrada e os participantes encaminhados para os grupos.

Conferência Regional de ARICANDUVA

3.2.5 Regimento Interno Aprovado

**REGIMENTO INTERNO DAS 31 CONFERÊNCIAS REGIONAIS
XI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO
TEMA: “CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ, RUMO A 2026”**

CAPÍTULO I - Da Organização

Art. 1º - A Conferência de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Conferência Regional terá caráter deliberativo em seu âmbito e propositivo no âmbito Municipal, Estadual e Nacional. Será realizada conforme normativas do COMAS/SP.

Art. 3º - As Comissões Organizadoras Regionais são responsáveis pela sua infraestrutura e organização, conforme previsto na Resolução 1017/COMAS-SP/2015, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central.

Art. 4º - As Conferências Regionais de Assistência Social serão realizadas no âmbito das 31 SAS – Supervisões de Assistência Social.

Art. 5º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional será composta por:

I – Dois Coordenadores (Comissão Regional), sendo 1 (um mediador) ad referendo do plenário;

II – Um representante indicado e aprovado pelo COMAS/SP;

III– Um representante da SAS;

IV- Um representante da Sociedade Civil.

§ 1º – A escolha dos membros da mesa coordenadora, à exceção do Conselheiro do COMAS/SP, ficará a critério da Comissão Organizadora Regional.

§ 2º - Cabe aos Coordenadores:

I - Dar início aos trabalhos;

II - Garantir a palavra aos integrantes da Mesa e Plenário, e

III - Conduzir os trabalhos do dia;

§ 3º - Cabe ao Mediador:

I - Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno e;

II - Garantir a interlocução com a Comissão Organizadora Regional.

§ 4º - A Mesa de Trabalho contará com o apoio da Empresa Contratada nos trabalhos do Plenário.

Art. 6º - As Comissões Organizadoras Regionais, constituídas em foros paritários, foram homologados pelo COMAS/SP, após a realização de Assembléias Regionais nas 31 regiões da SAS.

Conferência Regional de ARICANDUVA

Parágrafo Único - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público), sendo passível de substituição a critério da Comissão Regional, respeitando-se a paridade.

Art. 7º - Serão participantes da Conferência Regional:

I - Conselheiros Municipais de Assistência Social;

II - Representantes da Gestão do SUAS e Trabalhadores do SUAS (Servidores);

III - Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores do SUAS (CLT) e Organização de Trabalhadores, Usuários e Organização de Usuários;

IV - Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;

V - Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;

VI - Autoridades convidadas e presentes;

VII - Convidados e Observadores.

§ 1º - Os participantes da Conferência Regional deverão ser maiores de 15 (quinze) anos e 11(onze) meses, mediante apresentação de documento com foto.

§ 2º - A identificação dos participantes será por meio de lista de presença ou identificação on line, conforme metodologia aprovada pela Comissão Organizadora Central e específica por Segmentos (Entidades, Trabalhadores do SUAS - CLT), Usuários, Gestão do SUAS e Trabalhadores do SUAS - (Servidor) para a eleição, bem como Observadores e Convidados, dentre outros.

§ 3º - Participarão na eleição dos delegados da XI Conferência Municipal de Assistência Social, os segmentos previstos na Resolução COMAS/SP 1017/2015 de 03 de julho de 2015.

Art. 8º - Na Conferência Regional, o credenciamento será online e/ou presencial, caso necessário e será realizado em horário previsto na programação, mediante assinatura da lista de presença com entrega da Ficha de Credenciamento e com a escolha de vagas por grupo até o limite de vagas por Temática/Dimensão.

§ 1º – Fica estabelecido que a Ficha de Credenciamento deverá ser recolhida pela empresa para confirmação do credenciamento, em local a ser designado pela Comissão Organizadora Regional.

§ 2º - O participante que não devolver a ficha de Credenciamento ficará inabilitado a ser candidato a Delegado Municipal da XI Conferência Municipal de Assistência Social e/ou a candidato Delegado Estadual da X Conferência Estadual de Assistência Social.

CAPÍTULO II - Da Programação

Art. 9º - A Conferência Regional terá a seguinte programação:

08h00 – Início do credenciamento;

08h30– Abertura; Hino Nacional; SAUDAÇÃO das autoridades presentes;

09h00- Palestra Magna e debate;

Conferência Regional de ARICANDUVA

10h59 – Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência Regional e encerramento do credenciamento dos participantes;

11h00 – Trabalho dos grupos;

13h00 – Intervalo para almoço;

14h00 – Continuação dos trabalhos dos grupos por Dimensões;

15h30 – Prazo para entrega das moções para mesa coordenadora e Plenário de apresentação, das prioridades referendadas nos grupos, para aprovação do Plenário e, aprovações ou rejeições das moções;

17h00 – Eleição, apresentação e referendo da delegação para a XI Conferência Municipal de Assistência Social e candidatos a delegados a X Conferência Estadual de Assistência Social;

18h00 – Encerramento.

Parágrafo Único – Esta programação poderá ser ajustada, conforme a necessidade, ad referendo do plenário, desde que respeite as Normativas do COMAS/SP.

CAPÍTULO III - Da Temática

Art. 10 - A Conferência Regional terá como tema “**Consolidar o SUAS de vez, rumo a 2026**”. Com o lema: Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que queremos, e o objetivo de “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”.

§1º - Subtemas:

I - Subtema 1: O enfrentamento das situações de desproteções sociais e a cobertura dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda nos territórios.

II - Subtema 2: O Pacto Federativo e a consolidação do SUAS.

III - Subtema 3: Fortalecimento da participação e do controle social para a gestão democrática.

§2º - Dimensões:

I – Dimensão 1 – Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.

II - Dimensão 2 - Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS

III - Dimensão 3– Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo

IV - Dimensão 4 – Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto federativo

V - Dimensão 5–Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo

CAPÍTULO III A – Dos Grupos

Art. 11 - Os participantes serão subdivididos em grupos.

§ 1º - Cada grupo terá um Facilitador e Relator da Empresa Contratada.

§ 2º - Cabe ao Facilitador do Grupo:

Conferência Regional de ARICANDUVA

- I – Abrir e orientar a discussão;
- II - Esclarecer dúvidas técnicas relativas ao Tema/Dimensão;
- III - Coordenar e mediar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;
- IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso ou maioria simples e;
- V – Controlar o tempo.

§ 3º - Cabe ao Relator:

- I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;
- II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º – Fica estabelecido que as discussões nos grupos e plenário serão registradas em áudio pela Empresa contratada, sendo responsabilidade da Comissão Organizadora Regional disponibilizar equipamento de som para o plenário.

Art. 12 - Nos grupos os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções, desde que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Facilitador do Grupo.

Art. 13 - Os Grupos deverão deliberar em seu Grupo Temático/Dimensão específico as propostas de prioridades que serão apresentadas ao Plenário da Conferência Regional. Após a aprovação, a Empresa Contratada deverá sistematizar as deliberações para subsidiar XI Conferência Municipal de Assistência Social.

§ 1º – Cada Grupo deverá propor às 2 prioridades Municipais, 1 Estadual e 1 da União dentro do seu Tema/Dimensão.

§ 2º – O referendo das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos.

§ 3º - No caso de mais de um Grupo de mesma Temática/Dimensão, cada Grupo deverá indicar até 4 representantes para, juntamente com os respectivos Facilitadores e Relatores, realizar a sistematização e indicação de 2 prioridades Municipais, 1 Estadual e 1 da União dentro do seu Tema/Dimensão para apresentação no Plenário.

CAPÍTULO IV - Do Plenário Final

Art. 14 - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 10% (12 assinaturas) dos participantes.

Art. 15 – No que se refere às intervenções:

- I - Os conferencistas poderão manifestar-se sobre os destaques solicitados, esclarecimentos ou questões de ordem, verbalmente no máximo em 2 (dois) minutos, ou por escrito.

Conferência Regional de ARICANDUVA

II - Não serão consideradas questões de ordem aquelas que forem compreendidas pela mesa como novo destaque, defesa de proposta ou esclarecimento durante o processo de votação.

III - No caso de manifestação contrária a uma proposta, serão abertas no máximo duas defesas às citadas manifestações, dando direito ao proponente e outros conferencistas a duas réplicas, respeitado o tempo de 2 (dois) minutos deliberado pelo Plenário, seguindo para o processo de votação por contraste e, havendo necessidade, será realizada a contagem de votos.

IV - A Mesa poderá abrir busca de consenso entre os proponentes, caso seja autorizado pelo plenário.

V - A Empresa Contratada garantirá apoio técnico nos plenários da Conferência, nas manifestações constantes no presente artigo, bem como na contagem de votos e organização da eleição e referendo dos delegados, sob coordenação da Comissão Organizadora Regional.

Art. 16 - O Relator de cada grupo exporá a proposta e entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos.

§ 1º – Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na XI Conferência Municipal de Assistência Social, a Empresa Contratada será responsável pelo recolhimento das listas de presença, Fichas de Credenciamento (Presencial), instrumentais preenchidos pela Comissão e pelos grupos, o regimento aprovado pela plenária, moções e avaliação dos participantes.

CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS (Conforme previsto na Resolução COMAS 1017 e 1016/2015)

Art. 17 – Critério de escolha dos Delegados (as) Titulares / Suplentes e Observadores, para a XI Conferência Municipal de Assistência Social.

I - Os delegados à XI Conferência Municipal de Assistência Social terão direito a voz e voto e deverão ser eleitos nas 31 Conferências Regionais.

II - Eleger delegados (as) e observadores (as) da Sociedade Civil para a XI Conferência Municipal de Assistência Social, garantindo prioritariamente, o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos – Usuários, Trabalhadores do SUAS (Regime CLT) e Organizações/Entidades prestadoras de Serviços, Programas e Projetos de Assistência Social, bem como, no que se refere ao Poder Público composto pela Gestão do SUAS e os Trabalhadores do SUAS (Servidores),

a) Entende-se por Trabalhadores do SUAS na gestão da administração direta, aqueles que não tenham Cargos de Coordenação e Supervisão na Gestão (Coordenadores de CRAS, CREAS, CENTRO POP, Supervisores Regionais, Assessores do Gabinete de SMADS, Chefe de Gabinete, Secretária Adjunta e Secretária Municipal de Assistência Social).

b) Entende-se por Gestores da Administração direta, Coordenadores vinculados ao gabinete de SMADS, coordenadores de CRAS, CREAS, CENTRO POP, Supervisores Regionais, Assessores do Gabinete de SMADS, Chefe de Gabinete, Secretária Adjunta e Secretária Municipal de Assistência Social.

Conferência Regional de ARICANDUVA

III - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo será acrescida de 18 (dezoito) Conselheiros(as) da Sociedade Civil do COMAS - 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes, os quais participarão da XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, na condição de delegados(as) natos(as), desde que participem integralmente do processo (Plenário e Grupos) e com referendo da Plenária Final, em pelo menos 02 (duas) das 31 Conferências Regionais seguindo as orientações da Comissão Organizadora Central;

IV - Na representação dos Segmentos de Entidades, Trabalhadores (CLT) e Usuários serão eleitos:

a) Delegados titulares, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) delegado (a) eleito (a) para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz e voto na XI Conferência Municipal;

b) Delegados suplentes, com a obrigatoriedade da proporção de 1 (um) delegado (a) eleito (a) para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz na XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo;

c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Conferência Regional, entre adultos e adolescentes, os quais terão direito a voz na XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo;

V - Na representação do Poder Público serão eleitos para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, delegados (as) indicados (as) nas Conferências Regionais, sendo 2/3 de sua composição Trabalhadores do SUAS (Servidores), em consonância com o § 2º do Artigo 6º e, 1/3 será composto pela gestão, conforme definido no § 3º do Artigo 6º, perfazendo um total igual à quantidade de delegados eleitos pela sociedade civil. Caso uma região não atinja o número necessário, este poderá ser complementado por representantes de outra região. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente (Plenária e Grupos) da Conferência Regional, inclusive com referendo da plenária final. A composição dos delegados do Poder Público para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo será acrescida de 18 (dezoito) Conselheiros (as) do Poder Público do COMAS - 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes.

VI - Serão considerados eleitos os candidatos que tiverem suas fichas do credenciamento preenchidas por completo, e no horário estabelecido, e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 1º- Os delegados Titulares e Suplentes deverão ser apresentados pela Comissão Organizadora Regional para referendo final do Plenário.

§ 2º- Os delegados eleitos, ausentes no momento da apresentação, serão inabilitados, sendo indicado o suplente conforme a ordem decrescente de votos.

§ 3º - Todos os candidatos a Delegados Titulares e Suplentes para a X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo deverão participar integral e obrigatoriamente de pelo menos uma Conferência Regional, e Municipal, sendo referendado pela mesma.

VII – A Empresa Contratada ficará responsável pela lista dos delegados titulares, suplentes e observadores, referente à XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo e candidatos a delegados da X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo, conforme dados previstos na ficha de inscrição

Conferência Regional de ARICANDUVA

Art. 18 - Em cada uma das 31 Conferências Regionais serão eleitos dentre os Delegados Municipais da XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo:

I – 1 (hum) Candidato a Delegado (a) Estadual do Segmento de Entidades;

II – 1 (hum) Candidato a Delegado (a) Estadual do Segmento de Trabalhadores do SUAS (CLT) ou Organização de Trabalhadores;

III – 1 (hum) Candidato a Delegado (a) Estadual do Segmento de Usuários ou Organização de Usuários;

IV – 1 (hum) Candidato a Delegado (a) Estadual da Gestão do SUAS;

V – 1 (hum) Candidato a Delegado (a) dos Trabalhadores do SUAS (Servidor)

Parágrafo Único: Cada candidato a Delegado Estadual terá o seu respectivo suplente eleito por ordem decrescente de votação.

Art. 19 - Os Candidatos a Delegados Estaduais, conforme previsto no Art. 18 terão reuniões específicas na XI Conferência Municipal de Assistência Social entre seus pares do respectivo segmento.

Art. 20 - Serão eleitos nas reuniões previstas no Art. 19:

I – 1 (hum) Delegado Estadual do Segmento de Entidades;

II – 1 (hum) Delegados Estadual do Segmento de Trabalhadores (CLT) ou Organização de Trabalhadores;

III – 2 (dois) Delegados Estaduais do Segmento de Usuários ou Organização de Usuários;

IV – 1 (hum) Delegado Estadual da Gestão do SUAS;

V – 2 (dois) Delegados Estaduais do Segmento de Trabalhadores do SUAS (Servidor);

VI – 2 (dois) Delegados Estaduais do COMAS/SP, considerando a paridade;

VII – 1 (hum) Delegado Estadual da Secretaria Executiva do COMAS/SP.

Parágrafo Único: Na ausência dos candidatos a Delegados titulares, assumirão automaticamente os respectivos candidatos a Delegados suplentes eleitos na Regional.

Art. 21 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Conferência Regional ad referendum do Plenário.

São Paulo, 30 de julho de 2015
Plenária da Regional ARICANDUVA
REGIMENTO APROVADO às 11h20

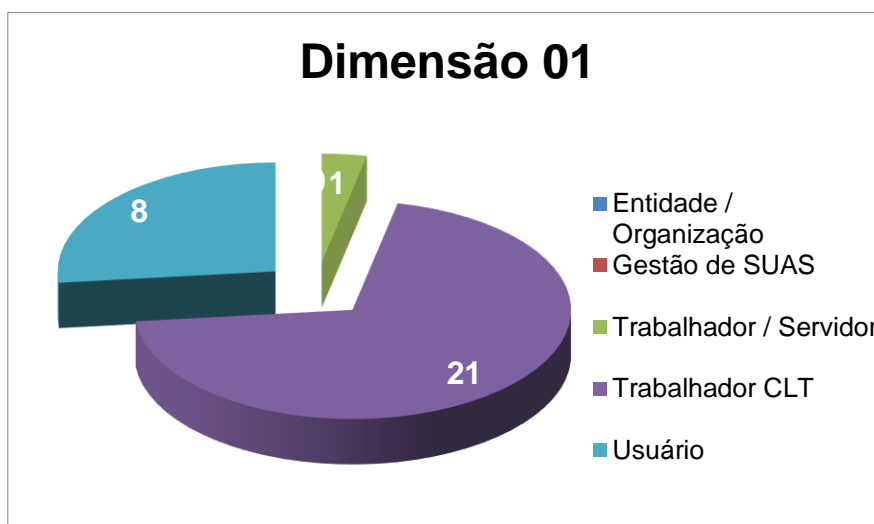
4. Relatório por Dimensão

4.1 Dimensão 1 - “Dignidade Humana e Justiça Social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo. ”

DIMENSÃO 1 – Grupo 1	Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo
Facilitador (a)	Mariane Oliveira da Silva
Relator (a)	Carolina Lopes

4.1.1 Participação

30 (trinta) participantes se inscreveram na Dimensão 1.



4.1.2 Relatoria

11h30 – Início dos trabalhos em grupo

Facilitadora iniciou apresentando a equipe, em seguida, pediu que o grupo se apresentasse informando nome e segmento. Informou o grupo que a discussão precisa ser feita utilizando o microfone devido à gravação do debate.

Facilitadora propôs que o grupo utilizasse o material de apoio para iniciar o debate e esclareceu a dinâmica do dia em relação à construção das diretrizes, reforçando que as diretrizes serão construídas no âmbito municipal, estadual e federal

Conferência Regional de ARICANDUVA

para ser efetivado em 10 anos. Fomentou a discussão trazendo para o grupo uma reflexão sobre como a Assistência Social se concretiza no território e se a população tem tido seus direitos garantidos. Reforçou o que é o pacto federativo, responsabilidade do Estado e a participação da população no controle social.

Participante disse que a política social tem como importante marco os benefícios de transferência de renda, para diminuir a vulnerabilidade social, outro participante reforçou os serviços que atende crianças e adolescentes e sua importância no território e entende que o maior desafio é o reconhecimento de direitos e a autonomia das famílias.

Participante comentou que a assistência social hoje tem um caráter mais humanizado, porém menos assistencialista e o principal objetivo trabalhado nos serviços é fomentar a autonomia. Disse que uma deficiência dos serviços é o fragmento entre os setores como educação e saúde. Considera que poderia haver uma unidade dos setores para um atendimento a população mais qualificado.

Participante disse que os benefícios ajudam, mas o CADUNICO proporciona o acesso às informações e ao estudo.

Facilitadora propôs a técnica Escuta por Minuto (Anexo 4), em seguida, pediu que formassem grupos de quatro pessoas e discutissem o que a política da assistência social tem contribuído na redução das desigualdades sociais e como que acontece a participação social dentro da assistência social. Antes de dispensar o grupo para o almoço, cada grupo apresentou aos demais o principal ponto discutido:

- Participação social;
- Articulação da rede local e a importância da articulação da rede;
- Não há divulgação dos espaços de cultura e lazer;
- Acesso a educação; desigualdade social; informação dos serviços; importância de escutar os usuários.

Facilitadora relembrou os principais pontos, propôs que os subgrupos discutissem os pontos levantados anteriormente pensando na construção de uma diretriz.

Participante socializou uma informação do material de apoio que considera importante no debate. E facilitadora reforçou a diferença entre diretriz e demanda, enfatizando o plano decenal.

Propostas de diretrizes levantadas pelos subgrupos foram:

Conferência Regional de ARICANDUVA

G1

- Integração dos serviços através da unificação de objetivos, metas entre as redes. Ex: educação, saúde e etc. (União);
- Ampliação dos serviços SASF, CRAS, CCA, qualificação profissional para a população;

G2

- Efetivar a articulação intersecretarial para melhorar a participação de todos os serviços que compõe a rede de garantia de direitos; Municipal
- Ampliação das capacitações técnicas continuadas nos serviços para que todos os conheçam e saibam como e para onde encaminhar os usuários (Municipal)

G3

- (Municipal) Potencializar o trabalho em rede com a proposta de fortalecimento de vínculos entre as diversas instituições
- (Municipal) Criação de projetos que estimulem a expressão cultural das comunidades – Casa de cultura
- Divulgação dos espaços culturais já existentes para utilização dos usuários da Assistência social através de diversos meios de comunicação.

G4

- Ampliação de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica e especial. Garantindo o acesso a todos que dela precisam, de acordo com o mapeamento do território.
- (Municipal) Capacitação permanente para todos os trabalhadores do SUAS da rede conveniada e direto.
- (União) Criar uma política de humanização dos serviços para usuários e trabalhadores do SUAS.
- Ampliar o orçamento da assistência social em no mínimo 5% deduzidos dos PTR's para garantir os direitos sociais a população. (União)

Facilitadora propôs regime de votação para a escolha das diretrizes, a saber:

Conferência Regional de ARICANDUVA

Municipais

Ampliação dos serviços e projetos socioassistenciais que estimulem a expressão cultural dos territórios.

Efetivar a articulação intersecretarial para melhorar a participação de todos os serviços que compõe a rede de garantia de direitos.

Estadual

Ampliar a divulgação dos programas e serviços socioassistenciais através dos meios de comunicação, priorizando a divulgação de anúncios educacionais no decorrer das programações de maior audiência.

Federal

Criar uma política de humanização dos serviços para usuários e trabalhadores do SUAS, semelhante a política de humanização da saúde.

Após aprovação das prioridades, a discussão foi encerrada.

4.1.3 Quadro do instrumental Dimensão 1 – Propostas gerais

Dimensão 1- Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Ampliação dos serviços SASF, CRAS, CCA, qualificação profissional para a população;	Integração dos serviços através da unificação de objetivos, metas entre as redes. Ex: educação, saúde e etc. (União);
Efetivar a articulação intersecretarial para melhorar a participação de todos os serviços que compõe a rede de garantia de direitos; Municipal	Ampliação de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica e especial. Garantindo o acesso a todos que dela precisam, de acordo com o mapeamento do território
Ampliação das capacitações técnicas continuadas nos serviços para que todos os conheçam e saibam como e para onde encaminhar os usuários (Municipal)	Criar uma política de humanização dos serviços para usuários e trabalhadores do SUAS
Potencializar o trabalho em rede com a proposta de fortalecimento de vínculos entre as diversas instituições	Ampliar o orçamento da assistência social em no mínimo 5% deduzidos dos PTR's para garantir os direitos sociais a população. (união)
Criação de projetos que estimulem a expressão cultural das comunidades – Casa de cultura	
Divulgação dos espaços culturais já existentes para utilização dos usuários da Assistência social através de diversos meios de comunicação.	
Capacitação permanente para todos os trabalhadores do SUAS da rede conveniada e direto.	

4.1.4 Quadro do instrumental Dimensão 1 – Encaminhado para o pleno

Dimensão 1- Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no Pacto Federativo

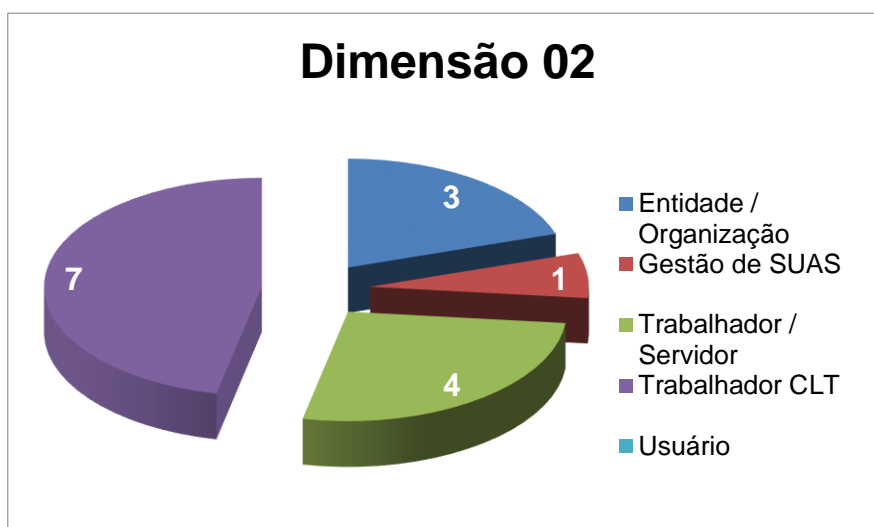
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Ampliação dos serviços e projetos socioassistenciais que estimulem a expressão cultural dos territórios.	Estado: Ampliar a divulgação dos programas e serviços socioassistenciais através dos meios de comunicação, priorizando a divulgação de anúncios educacionais no decorrer das programações de maior audiência.
Efetivar a articulação intersecretarial para melhorar a participação de todos os serviços que compõe a rede de garantia de direitos.	União: Criar uma política de humanização dos serviços para usuários e trabalhadores do SUAS, semelhante a política de humanização da saúde.

4.2 Dimensão 2 - “Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS”

DIMENSÃO 2	Participação social como fundamento do Pacto Federativo SUAS
Facilitador (a)	Jefferson de Souza Santana
Relator (a)	Juliana da Silva Henrique

4.2.1 Participação

15 (quinze) participantes se inscreveram na Dimensão 2.



4.2.2 Relatoria

11h29– Início dos trabalhos em grupo.

O facilitador fez uma breve apresentação sobre a sua atuação profissional e sua recente participação nos congressos do Serviço de Assistência Social. Perguntou aos participantes qual o motivo de terem escolhido a dimensão número 2 e pediu para que se apresentassem brevemente. Dentre os participantes estavam funcionários do CCA da Vila Carrão, CRAS Aricanduva, CCA Jardim das Rosas, CCA São João Batista, Assistente social do Lar Divino Amor, Procuradora da organização do CCA São João Batista, usuárias. O facilitador incentivou a participação das duas usuárias presentes por se tratarem de crianças.

Conferência Regional de ARICANDUVA

Como metodologia de trabalho, o facilitador pediu para os participantes pegarem o material de apoio, abrirem na página número 16 e lerem coletivamente as explicações sobre a dimensão número 2. Para incentivar o debate, explicou qual era o propósito do espaço de debate constituído naquele momento partindo das perguntas norteadoras existentes no material de apoio. Falou sobre a importância de explicar o significado de todas as siglas com a finalidade de facilitar o entendimento das pessoas que não estão familiarizadas com os termos técnicos próprios à área da Assistência Social.

O facilitador direcionou a atividade no sentido dos participantes já pensarem os caminhos e propostas de diretrizes que serão apresentadas na plenária final, sendo cada qual relacionado respectivamente ao âmbito municipal, estadual e federal. Pediu para os participantes destacarem os pontos mais importantes sobre a participação e os usuários do SUAS. Uma das participantes apontou para a falta de divulgação dos direitos e atendimentos disponíveis aos cidadãos que desconhecem os serviços oferecidos. Foi feita uma explicação sobre o modo de funcionamento hierarquizado no COMAS. A crítica se direcionou a falta de sensibilidade para as necessidades dos deficientes intelectuais. As entidades não ouvem os funcionários que estão diretamente relacionados com este tipo de atendimento a usuários com deficiência intelectual. Propôs que fosse pensando em uma proposta que ampliasse a participação dos funcionários nas decisões.

O facilitador pediu para que os participantes refletissem sobre os problemas de uma cidade com tamanho de um país. Uma participante retomou o problema do COMAS por uma falta de representatividade e conhecimento dos representantes regionais do conselho. Não há um espaço que viabilize a participação das pessoas interessadas em opinar e colaborar com a construção de uma estrutura que atenda e ouça as demandas dos muitos grupos que trabalham com a Assistência Social. O facilitador concordou com o modo como as participantes estavam conduzindo o debate, na medida em que não estavam somente apontando os problemas e conseguiam ser propositivas. Explicou o papel do FAZ (Fórum da Assistência Social). Houve um esforço em trazer as crianças usuárias para o debate, explicando para elas na necessidade que havia de facilitar a participação de todos nas decisões feitas sobre a Assistência Social. Pediu para que os participantes lembrarem de anotar suas ideias e propostas para facilitar a escolha das diretrizes relacionadas a dimensão 2. Houve

Conferência Regional de ARICANDUVA

um redirecionamento da discussão para que ela girasse em torno da proposta de debate vinculada a dimensão número 2, a saber: a participação social e a questão dos usuários. Pediu para que todos se colocassem na posição dos usuários e fizessem colocações sobre esse assunto.

Os participantes retomaram a questão da falta de divulgação e desconhecimento dos serviços. O facilitador pediu para que os participantes pensassem em quem seria a responsabilidade desta divulgação. Foi levantado o exemplo das escolas que discutir o ECA, para pensar na possibilidade de abrir discussões com a sociedade civil sobre seus direitos à assistência. A vinculação do CRAS com o programa Bolsa Família por este ser o espaço de cadastramento das famílias beneficiadas, todavia, este equipamento não pode ser resumido a este tipo de programa. A necessidade de parceria com a Saúde foi apontada como fundamental para atender a população que não possui somente carência em recursos financeiros. Foi proposto uma “ação de rede” com as demais estruturas. Uma das participantes falou sobre a contradição entre a necessidade de maior divulgação dos serviços de assistências e a falta de vagas para alguns tipos de atividades, tais como o acompanhamento de crianças e adolescentes atendidos pelos CCAs. E existe um problema evidente pois toda criança e adolescente tem direito a ter uma vaga garantida. Uma das usuárias do CCA foi questionada sobre a importância do espaço que ela frequenta. A usuária disse que o espaço ajuda as crianças a saírem da rua e participarem das atividades.

Foi lembrado que a divulgação é necessária na medida em que a assistência social é um direito do cidadão e deve ser incentivada para estimular a pressão da sociedade civil para a ampliação do atendimento. As unidades municipais são aquelas com menor visibilidade, caso houvesse um maior estímulo aos territórios para atender as demandas possivelmente aumentaria os serviços que são suficientes para atender toda a população. A insuficiência do atendimento do serviço de assistência social acaba sendo mascarada devido os dados elaborados sobre cada um dos espaços. O facilitador falou sobre o repasse de verbas e a responsabilidade de cada uma das esferas de poder. As participantes comentaram sobre a responsabilidade e participação dos trabalhadores para cobrar o poder público com o objetivo de melhorar e ampliar os serviços e benefícios sociais. A sustentabilidade dos recursos é necessária para a manutenção dos serviços. Há toda uma estrutura que precisa ser

Conferência Regional de ARICANDUVA

estimulada. O facilitador pediu para que todas as ideias formuladas fossem elaboradas em forma de propostas de diretrizes para serem discutidas na segunda parte da atividade. Os participantes foram liberados para o almoço.

As atividades foram retomadas às 13:40 h. Seguindo o regimento, o facilitador propôs que este fosse o momento de elaboração das propostas. Consultou os participantes para saber se eles preferiam compor subgrupos ou manter a grupo inteiramente para formular as diretrizes. Pediu para que um dos participantes lesse os pontos levantados pelo grupo durante o debate e sistematizados pelo facilitador. Foi proposto que os membros do grupo já fossem pensando nas esferas de poder que seriam contempladas por cada uma das diretrizes e pontos levantados.

Uma das participantes pensou em elaborar algo que pensasse na preparação e capacitação dos funcionários com o intuito de melhor atender os usuários. Há uma falta de autonomia para as decisões tomadas no CRAS que precisa ser alterada. Houve um questionamento sobre a forma como esta autonomia seria ampliada. Na questão orçamental foi utilizado como exemplo o caso das verbas para os passeios das crianças, sendo esta uma questão também importante, na medida em que (como foi lembrado na plenária inicial) as pessoas não têm fome somente de comida, outros tipos de carências também precisam ser supridas. Há um problema de RH que impossibilita a todas unidades sempre destacarem um funcionário para acompanhar os debates referentes à Assistência Social. Não há como participar de todos os fóruns de discussão por falta de funcionários que desempenhe as funções executivas enquanto algum funcionário é direcionado para acompanhar os debates. O facilitador questionou como esse tipo de demanda poderia se tornar uma diretriz. Uma das participantes lembrou que há uma dificuldade em deliberar quais são os gastos direcionados para cada item necessário à manutenção, além de aumentar a responsabilidade dos gestores na hora de direcionar o destino de cada recurso para não haver problemas depois na hora das prestações de contas.

De fato, um dos membros do grupo disse que este tipo de mudança requer uma verdadeira reforma do conjunto do SUAS e de suas diretrizes. Faz-se necessário também uma melhora qualitativa e quantitativa nos canais de debate e discussões para que todos os funcionários e servidores (mesmo se não tiverem possibilidade de participar diretamente nos fóruns de debate e deliberações) recebam as informações de forma clara.

Conferência Regional de ARICANDUVA

Municipais

Divulgar os dados de vigilância socioterritorial dos municípios, visando facilitar o controle social e viabilizar a implantação dos serviços do PSB e PSE, mediante dados de demanda reprimida.

Garantir a sustentabilidade dos serviços socioassistenciais de tal forma que fomente e viabilize a participação, autonomia e valorização dos trabalhadores sem prejuízo na qualidade do atendimento.

Estadual

Criar parcerias público-privadas amplamente divulgadas para capacitar os profissionais e trabalhadores dos Serviços Sociais Públicos, com foco no fortalecimento do vínculo familiar e comunitário para garantir a participação do usuário.

Federal

Divulgar a política de Assistência Social através dos meios de comunicação para promover uma maior visibilidade dos serviços tipificados e suas ofertas.

Depois que todas as diretrizes foram corrigidas no sentido de melhorar a redação final, as atividades foram encerradas e os participantes se dirigiram para o espaço da plenária final.

4.2.3 Quadro do instrumental Dimensão 2 – Propostas Gerais

Dimensão 2- Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Divulgar os dados de vigilância socioterritorial dos municípios, visando facilitar o controle social e viabilizar a implantação dos serviços do PSB e PSE, mediante dados de demanda reprimida.	Estado: Criar parcerias público-privadas amplamente divulgadas para capacitar os profissionais e trabalhadores dos Serviços Sociais Públicos, com foco no fortalecimento do vínculo familiar e comunitário para garantir a participação do usuário.
Garantir a sustentabilidade dos serviços socioassistenciais de tal forma que fomenta e viabilize a participação, autonomia e valorização dos trabalhadores sem prejuízo na qualidade do atendimento.	União: Divulgar a política de Assistência Social através dos meios de comunicação para promover uma maior visibilidade dos serviços tipificados e suas ofertas.

4.2.4 Quadro do instrumental Dimensão 2 – Encaminhado para o Pleno

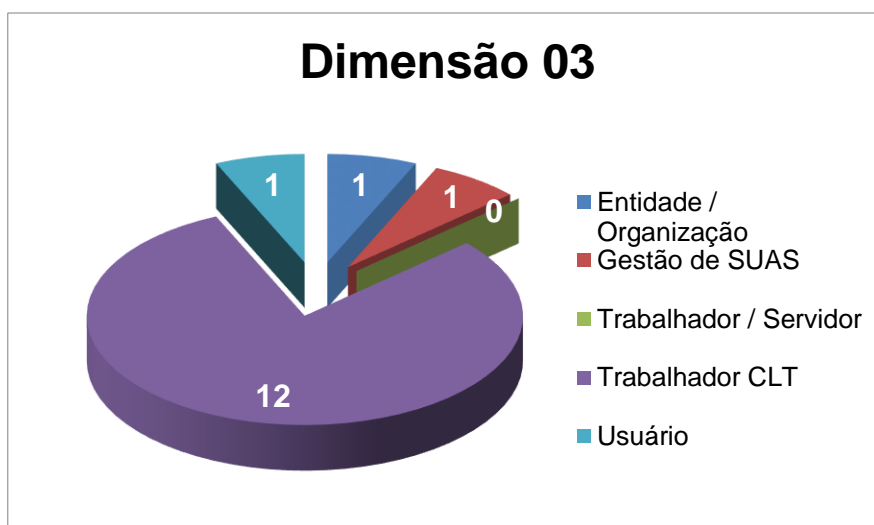
Dimensão 2- Participação Social como fundamento do Pacto Federativo SUAS	
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Divulgar os dados de vigilância socioterritorial dos municípios, visando facilitar o controle social e viabilizar a implantação dos serviços do PSB e PSE, mediante dados de demanda reprimida.	Estado: Criar parcerias público-privadas amplamente divulgadas para capacitar os profissionais e trabalhadores dos Serviços Sociais Públicos, com foco no fortalecimento do vínculo familiar e comunitário para garantir a participação do usuário.
Garantir a sustentabilidade dos serviços socioassistenciais de tal forma que fomenta e viabilize a participação, autonomia e valorização dos trabalhadores sem prejuízo na qualidade do atendimento.	União: Divulgar a política de Assistência Social através dos meios de comunicação para promover uma maior visibilidade dos serviços tipificados e suas ofertas.

4.3 Dimensão 3 – “Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo”

DIMENSÃO 3	Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo
Facilitador (a)	Patrícia Mendonça
Relator (a)	Cristiane Costa

4.3.1 Participação

15 (quinze) participantes se inscreveram na Dimensão 3.



4.3.2 Relatoria

11h25 – Início dos trabalhos em grupo.

A facilitadora e a relatora se apresentaram. A facilitadora orientou o grupo sobre o processo de relatoria e gravação de áudio. Pediu aos participantes se apresentassem brevemente, falando o nome, segmento e localidade.

Alguns participantes pediram para que a facilitadora apontasse o local do instrumental onde há a descrição da dimensão, alegando não saberem qual o tema da dimensão.

Conferência Regional de ARICANDUVA

A facilitadora perguntou sobre as pessoas treinadas pela SMADS para o auxílio no processo e Tamara e Jô se apresentaram.

O grupo foi composto majoritariamente por assistentes sociais. Havia uma usuária presente.

A facilitadora falou sobre a conferência e sobre o seu caráter direcionador, com propostas amplas e decenais, ressaltando as diferenças em relação aos demais processos participativos.

A facilitadora apresentou a dinâmica da Escuta por Minuto (Anexo 4). Ela propôs que os participantes se juntassem em duplas, preferencialmente com pessoas que não conhecessem e que não fossem do mesmo segmento.

Ela pediu para que os participantes falassem inicialmente sobre a noção de primazia da responsabilidade do Estado. Todos os participantes se dedicaram à conversa.

Na segunda parte, ela pediu aos participantes para que pensassem sobre a noção de SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo.

Após a segunda rodada de conversas, os participantes foram convidados a falar sobre as discussões em dupla. Os participantes apresentaram primeiro as noções de primazia da responsabilidade do Estado: garantia do direito a todos de forma igualitária; garantir o necessário à sobrevivência e bem-estar, como Saúde, Moradia, Educação, Alimentação e Segurança; assegurar a qualidade dos serviços; financiar e gerir as políticas públicas e fiscalizar os serviços.

A facilitadora pediu aos participantes para que eles apresentassem as noções discutidas na segunda proposta. A ideia do “Universal” foi apontada como algo para todos; para todos os estados/municípios; disponibilização dos serviços conforme as demandas locais, assegurando o previsto em Constituição, a oferta a todos aqueles que precisam do serviço socioassistencial e responsabilidade de todos os entes federados.

Os participantes foram, então, convidados a falar sobre a noção de “Republicano”. Os participantes se mostraram hesitantes em falar e uma participante falou sobre a ideia de democracia, voz para todos e participação.

Uma participante pediu a voz e disse que entende que a sociedade ideal não deveria ter SUAS, demandas etc. Ela entende que seria necessária uma defesa prévia

Conferência Regional de ARICANDUVA

dos direitos para o fortalecimento das pessoas, tornando a sociedade igualitária, onde não haveria a necessidade de assistir socialmente alguém.

A facilitadora falou sobre os pontos apontados, apresentando um panorama geral de cada uma das noções contidas nos termos. Ao falar sobre a ideia de primazia do Estado, ela comentou com o grupo sobre a discussão apresentada dentro da dimensão na conferência anterior, onde o Estado foi caracterizado por sua ausência e deficiência. Ela falou sobre a dimensão dada à Assistência Social usualmente, que se opõe completamente à ideia de direitos. Assim, a rede socioassistencial, ligada a uma ideia de benevolência ou de filantropia,

Política de direito em oposição à ideia de benevolência e benfeitoria, com a necessidade de empoderar o usuário, orientando-o com relação ao papel do Estado na segurança social. Ainda dentro da noção do papel do Estado, os participantes falaram sobre as atuações governamentais, que se alteram a cada diferente gestão. Neste sentido, eles apontaram a necessidade de regulamentação, normatização e efetivação em texto de lei das dimensões da Assistência Social, viabilizando a universalidade do serviço.

A facilitadora pediu, então, que fosse feita a leitura do instrumental para ajudar na discussão. Ela ressaltou o foco da dimensão, pedindo aos participantes para que pensassem as diretrizes dentro do proposto por elas. Ela falou ainda sobre os subtemas que perpassam a dimensão: pacto federativo e enfrentamento das situações de desproteção.

Ela, então, dividiu os participantes em quatro grupos, com o cuidado de colocar os facilitadores da SMADS em grupos diferentes, para darem suporte ao processo. Outro participante também foi apresentado como facilitador, uma vez que fez o treinamento. Os grupos também foram orientados a relatar as discussões para apresentarem as ideias trabalhadas aos demais grupos. Eles permaneceram nessa discussão inicial até o almoço, de maneira bastante ativa.

Na retomada do trabalho, a facilitadora apresentou o cronograma e reiterou o uso das discussões iniciais para o começo da elaboração de diretrizes. Segundo o cronograma, o trabalho de grupos aconteceria até às 14h, com a apresentação por escrito das diretrizes apontadas. Das 14h10 às 14h40 os grupos poderiam trabalhar as diretrizes elaboradas, afinando-as antes de apresentar ao grupo. Às 14h40 os

Conferência Regional de ARICANDUVA

grupos apresentariam seus trabalhos para a sala e até as propostas seriam integradas, suprimidas ou reelaboradas conforme o trabalho coletivo.

A facilitadora e a relatora circularam nos grupos para auxiliar o trabalho de redação de diretrizes.

As propostas elaboradas pelos grupos circularam entre eles, possibilitando a troca das discussões e o aprimoramento das propostas. Os participantes foram convidados a colocar novas sugestões de redação ou de enquadramento nas propostas apresentadas antes da apresentação ao grupo.

A facilitadora devolveu as propostas aos seus grupos para que eles as apresentassem à sala. Após as leituras, as propostas seriam agrupadas através de afinidades entre as temáticas. As primeiras proposições foram:

Municipais

- Garantir o acesso dos estudantes aos cursos profissionalizantes gratuitos. (Comentário: demanda e não diretriz)
- Garantir para a política de Assistência Social a estrutura física, administrativa e de pessoal para a execução do SUAS, conforme demanda do município.
- Garantir para a política de Assistência Social um percentual de no mínimo 5% de recursos financeiros do orçamento do Estado, visando sua ampliação e qualificação. (Comentários: adequado se for a opção de replicar)
- Fortalecer a intersetorialidade entre as Secretarias que prestam atendimento ao mesmo público alvo (Comentário: acredita-se que o assunto está sendo discutido mais fortemente em outra dimensão)
- Garantir a eficiência dos serviços realizados na rede socioassistencial para a inserção do cidadão em situação de vulnerabilidade. (Comentário: melhor condições de trabalho para o profissional que atende, melhores salários, capacitação continuada, humanização)

Estadual

- Garantir para a política de Assistência Social um percentual de no mínimo 5% de recursos financeiros do orçamento do Estado, visando sua ampliação e qualificação.

Conferência Regional de ARICANDUVA

- Fortalecer a participação da comunidade nos Conselhos

União

- Garantir para a política de Assistência Social um percentual de no mínimo 5% de recursos financeiros do orçamento do Estado, visando sua ampliação e qualificação.
- Efetivação do que já está preconizado no SUAS com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário de cada um dos entes federados, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.
- Revisão das condicionalidades para o recebimento do BF. (Observação: entendemos que pertence à dimensão 1)
- Criar um número único entre todos os serviços, informatizar os prontuários (ex.: sistema de informação que cruze os dados) (Comentários: visto como demanda necessária, mas local, será que passaria na estadual? Garantir a demanda antes da definição do orçamento, ela teria como ser efetivada? Entendemos que poderia ser municipal)

A organização pediu para que a finalização do trabalho de grupos fosse adiantada. O trabalho de priorização das diretrizes foi feito em grupo, por meio de votação. As propostas finais foram:

Municipais

- Garantir para a política de Assistência Social a estrutura física, administrativa e de pessoal para a execução do SUAS, conforme demanda do município.
- Efetivação do que já está preconizado no SUAS, com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.

Estadual

Efetivação do que já está preconizado no SUAS com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.

Conferência Regional de ARICANDUVA

Federal

Efetivação do que já está preconizado no SUAS com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.

O grupo priorizou as propostas e escolheu Rosana e William para a leitura das diretrizes na plenária final.

4.3.3 Quadro do instrumental Dimensão 3 – Propostas Gerais

Dimensão 3 - Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Garantir para a política de Assistência Social a estrutura física, administrativa e de pessoal para a execução do SUAS, conforme demanda do município.	Estadual - Garantir para a política de Assistência Social um percentual de no mínimo 5% de recursos financeiros do orçamento do Estado, visando sua ampliação e qualificação.
Garantir para a política de Assistência Social um percentual de no mínimo 5% de recursos financeiros do orçamento do Estado, visando sua ampliação e qualificação.	Estadual - Fortalecer a participação da comunidade nos Conselhos.
Fortalecer a intersetorialidade entre as Secretarias que prestam atendimento ao mesmo público alvo.	União - Garantir para a política de Assistência Social um percentual de no mínimo 5% de recursos financeiros do orçamento do Estado, visando sua ampliação e qualificação.
Garantir a eficiência dos serviços realizados na rede socioassistencial para a inserção do cidadão em situação de vulnerabilidade.	União - Efetivação do que já está preconizado no SUAS com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário de cada um dos entes federados, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.
	União - Revisão das condicionalidades para o recebimento do BF.
	União - Criar um número único entre todos os serviços, informatizar os prontuários (ex.: sistema de informação que cruze os dados)

4.3.4 Quadro do instrumental Dimensão 3 – Encaminhado para o Pleno

Dimensão 3 - Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo

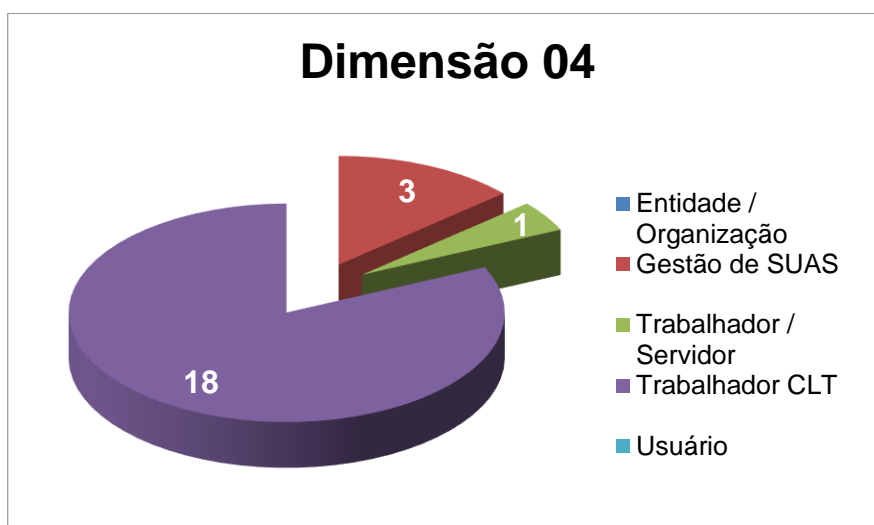
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Garantir para a política de Assistência Social a estrutura física, administrativa e de pessoal para a execução do SUAS, conforme demanda do município.	Estado: Efetivação do que já está preconizado no SUAS com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.
Efetivação do que já está preconizado no SUAS, com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.	União: Efetivação do que já está preconizado no SUAS com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.

4.4 Dimensão 4 – “Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo”

DIMENSÃO 4	Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo
Facilitador (a)	Suzimar Wacton de Moraes
Relator (a)	Elizangela Claro de Sousa

4.4.1 Participação

22 (vinte e dois) participantes se inscreveram na Dimensão 4.



4.4.2 Relatoria

11h30 – Início dos trabalhos em grupo

Facilitador e relator se apresentam, em seguida pedem para os participantes se apresentarem com nome e serviço. O grupo estava composto por gerentes, técnico, assistência social, técnico, educador educacional, assistente social, assistente administrativa, cozinheira, gestor, Smads.

Facilitador explicou a metodologia de trabalho, mas participante da Smads sugeriu que a discussão seja no coletivo, ação foi para votação e o grupo optou por discutir no coletivo. Em seguida, facilitador explicou qual o trabalho que será feito no

Conferência Regional de ARICANDUVA

dia e leu a dimensão quatro, a partir das perguntas norteadoras, ele perguntou ao grupo mudo.

Primeira participante falou da capacitação, da necessidade de profissionais para assistência social, da defasagem no salário dos trabalhadores e da rotatividade nas redes conveniadas que é muito grande.

Outra participante concordou com a colega, e falou da importância de profissionais para assistência social, o quadro de RH é muito pequeno. Deu exemplo de acolhimento para mulheres, da dificuldade delas voltarem para o mercado de trabalho, e repetiu a importância de terem um quadro de RH maior, para conseguir atender com eficácia usuários.

Outra participante falou da capacitação, que muitas são direcionadas aos técnicos e gerentes, se lembrou da última capacitação que fez no ESPASO em 2011, mas só alguns cargos estavam disponíveis, os educadores, por exemplo, ficaram de fora. Nós, técnicos do SASF, nos adaptamos no dia a dia, mas o problema ainda é a falta de funcionários. Mencionou estar satisfeita em estar na conferência, por todos os trabalhadores estarem aqui, tendo oportunidade de ter um pouco mais de conhecimento.

Participante falou da falta da educação continuada e da falta de divulgação das capacitações. Participante falou da rotatividade, o que contribui para essa falha na comunicação, e reclamou da falta de capacitação no ESPASO. E apontou que uma das diretrizes poderia ser sobre divulgação dessas capacitações, que isso poderia ser considerado como hora trabalhada, e propôs ações para proteção especial.

Participante falou sobre uso do ESPASO, que deveria ser mais bem utilizado, deu exemplo de uma metodologia que poderia ser criada para essas capacitações através de grupos. Outra participante sugeriu que tais capacitações não deveriam ser só no ESPASO, e sim nos territórios, e deu importância de todos os trabalhadores do SUAS terem acesso aos cursos, educação continuada. Falou do cronograma que deveria existir para capacitações e retomou a falta de RH.

Outra participante falou que hoje a situação do dia a dia é mais difícil, e questionou porque capacitação continuada não funciona? Indicou que há ausência de informação e que é preciso mais preparação para demanda. O serviço está defasado, se não aumentar o número de RH, não vai adiantar a capacitação se não tiver funcionários para cobrir outro. Outras participantes não concordaram com opinião da

Conferência Regional de ARICANDUVA

colega, e disseram que uma questão não invalida a outra, que a capacitação é essencial, independente de ter um quadro de recursos humanos maior, que é inclusive tema da dimensão.

Outra participante colocou os temas como foco para criar diretrizes: capacitação, educação continuada, quadro RH, equiparação de salários.

Participante comparou o atendimento de alguns anos atrás com o de agora, sugerindo a realização de uma avaliação no quadro RH para coletar necessidades. Mais uma vez, apontou a importância de terem psicólogos em alguns serviços e que há casos difíceis com crianças e adolescentes. Outra participante acrescentou que isso poderia ser resolvido com o trabalho em redes.

Após o retorno do almoço às 13:40, o facilitador começou lendo as informações que o grupo discutiu antes do almoço, e explicou que agora será o momento de criar texto para diretrizes. Devido ao atraso de algumas pessoas, ele teve que ler novamente (capacitação permanente dos profissionais contratados, qualificação continuada, plano de educação, repasse de verba de acordo com a demanda do território, estrutura física, concursos públicos, quantidade de profissionais).

Participante falou que já existe educação continuada, ela só precisa ser efetivada e sugeriu texto para prioridade:

- Efetivar o plano educação permanente de capacitação;
- Ampliar recursos financeiros considerando revisão do quadro de RH, salários e estrutura física dos serviços, respeitando a territorialidade das grandes metrópoles; (F)
- Efetivar o plano de educação permanente; (M)

O grupo discutiu bastante sobre a urgência das demandas para o território, mas algumas pessoas do grupo e facilitador explicaram que o foco da conferência, é pensar os próximos 10 anos ou seja, criar diretrizes e não demandas.

Municipais

Conferência Regional de ARICANDUVA

Efetivar o plano de educação permanente, para todos os trabalhadores do SUAS, bem como a criação de ferramentas virtuais para acesso às informações de cronograma de capacitações.

Efetivar e ampliar o quadro de recursos humanos e a Rede Estatal conforme estabelecido na NOB-RH.

Estadual

Garantir a qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS.

Federal

Ampliar recursos financeiros considerando a revisão do quadro de RH, melhor remuneração e estrutura física dos serviços, em consonância a territorialidade das grandes metrópoles.

O trabalho de grupo terminou com tranquilidade, sem muita reformulação às 15h40

4.4.3 Quadro do instrumental Dimensão 4 – Propostas Gerais

Dimensão 4 - Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo	
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Efetivar o plano de educação permanente, para todos os trabalhadores do SUAS, bem como a criação de ferramentas virtuais para acesso às informações de cronograma de capacitações.	Estado: Garantir a qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS.
Efetivar e ampliar o quadro de recursos humanos e a Rede Estatal conforme estabelecido na NOB-RH.	União: Ampliar recursos financeiros considerando a revisão do quadro de RH, melhor remuneração e estrutura física dos serviços, em consonância a territorialidade das grandes metrópoles.

4.4.4 Quadro do instrumental Dimensão 4 – Encaminhado para o Pleno

Dimensão 4 - Consolidação do trabalho no SUAS na consolidação do Pacto Federativo

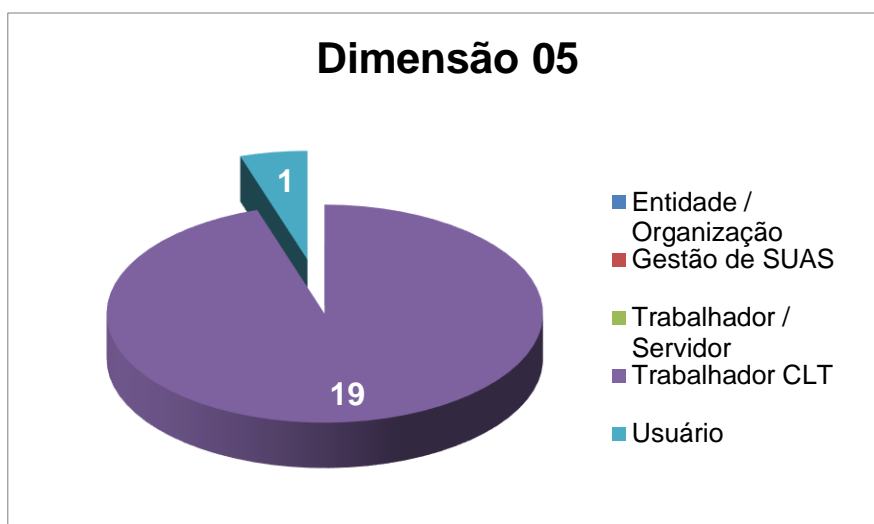
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Efetivar o plano de educação permanente, para todos os trabalhadores do SUAS, bem como a criação de ferramentas virtuais para acesso às informações de cronograma de capacitações.	Estado: Garantir a qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS.
Efetivar e ampliar o quadro de recursos humanos e a Rede Estatal conforme estabelecido na NOB-RH.	União: Ampliar recursos financeiros considerando a revisão do quadro de RH, melhor remuneração e estrutura física dos serviços, em consonância a territorialidade das grandes metrópoles.

4.5 Dimensão 5 – “Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo”

DIMENSÃO 5 – Grupo 1	Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo
Facilitador (a)	Daniel Guilherme Machado Pinto
Relator (a)	Brisa Serena

4.5.1 Participação

20 (vinte) participantes se inscreveram na Dimensão 5.



4.5.2 Relatoria

11h21 – Início dos trabalhos em grupo.

Ao iniciar a atividade, o facilitador se apresentou, enfatizou a importância da elaboração do plano decenal para o SUAS, indagou a todos os participantes sobre o segmento; e a grande maioria do grupo era composto de trabalhadores CLT, apresentou o cronograma das atividades do dia e iniciou uma leitura dirigida sobre a parte que compete a dimensão cinco no manual da conferência.

Durante a leitura, o facilitador instigou a reflexão sobre a visão dos usuários sobre a Assistência Social, e sobre quais eram as maiores dificuldades, para quem era trabalhador, de ver o serviço da assistência como um direito garantido. Uma das

Conferência Regional de ARICANDUVA

conferencistas respondeu que em algumas entidades a questão religiosa ou de cunho moralista interferia na consolidação da garantia dos direitos sociais. O facilitador explanou sobre a fala desta conferencista, salientando a questão religiosa na prestação dos serviços socioassistenciais.

Outra conferencista fez uma colocação no sentido de que havia a necessidade de humanizar os atendimentos, citando um trecho ouvido da palestra magna, o facilitador explanou brevemente sobre esta fala. Outra participante se colocou afirmando que a necessidade da conscientização dos usuários para que eles possam se empoderar dos espaços democráticos.

Outro conferencista fez uma fala afirmando que não havia como desvincular a prestação de serviços por entidades religiosas, e que os usuários procuravam os serviços precisando de “ajuda”, e que as entidades religiosas ou não prestavam este serviço garantindo direitos, até porque o Estado não cobre a proteção integral dos usuários.

Outra conferencista explanou sobre a responsabilidade dos trabalhadores de terem clareza sobre o caráter de direito da política de Assistência, e que esta deficiência prejudicava em demasia os usuários, que muitas vezes não tem plena consciência dos seus direitos. Complementando a fala desta participante, outra conferencista salientou que seria necessário consolidar esta conscientização dos trabalhadores.

Outra participante retomou o tema da questão religiosa e salientou que o fator determinante sobre este assunto era “como” as entidades se posicionam sobre isso. Uma das participantes fez uma fala afirmando que as outras políticas tendiam a se relacionar com a Assistência cunhada na ideia de que ela é filantrópica.

Uma das participantes afirmou que a Assistência Social andava na contramão do capitalismo, e que este momento seria necessário que os atores se unissem, e não de culpar o Estado ou as entidades.

Uma das conferencistas fez um apontamento no sentido de relatar algumas dificuldades que ela observava no serviço em que trabalhava e criticou alguns profissionais prestavam um atendimento desumano. Outro conferencista fez uma fala afirmando que era extremamente difícil encontrar trabalhadores capacitados com os salários baixos e indagou ao grupo se a necessidade era de implementar serviços ou capacitar os trabalhadores dos serviços existentes.

Conferência Regional de ARICANDUVA

Uma das conferencistas fez uma fala respondendo ao último participante, afirmando que os convênios com entidades são fundamentais para a execução da política pública. Afirmou também que deveria ter capacitação para os trabalhadores dos serviços já existentes e também a implementação de serviços novos, e indagou ao grupo sobre qual era a relação das entidades com a SAS, sendo que o último participante havia expressado em sua fala uma sensação de abandono por parte do Estado.

Respondendo a indagação da última participante, duas conferencistas fizeram falas aproximadas, afirmando que a SAS tinha um caráter supervisor, fiscalizador, e não de parceria, nem de apoio, além da falta de profissionais para estarem mais presentes, sendo que a supervisora da região tinha uma demanda de supervisão muito grande.

O facilitador indagou ao grupo o que poderia ser feito para melhorar o problema do quadro de RH. A mesma participante da fala anterior respondeu que não havia parceria entre o setor público e o privado, que quando as entidades precisavam das SAS não havia respaldo.

A participante que indagou ao grupo sobre a SAS respondeu a colocação da última conferencista, afirmando que a dificuldade que as entidades tinham com relação ao quadro de RH o setor público também tinha, uma vez que os concursos públicos não supriam a demanda de trabalho, além do alto número de trabalhadores que estão se aposentando e já não tem o mesmo empenho no trabalho cotidiano e reafirmou a necessidade de ampliar o quadro de RH nos serviços.

O facilitador explicou sobre a discussão de forma geral, instigando a reflexão dos participantes sobre o direcionamento propositivo da discussão do grupo e informou aos participantes sobre o intervalo das atividades para o almoço. Uma participante pediu a fala e reafirmou a necessidade de ampliar o quadro de RH e de o serviço desenvolver a proteção integral dos usuários.

Outra participante afirmou a necessidade de ampliar a divulgação dos serviços socioassistenciais, o facilitador complementou a fala da participante afirmando que havia a necessidade de pensar na linguagem desta divulgação para que a divulgação fosse feita de forma que favorecesse os usuários. Informou aos participantes sobre a divisão em subgrupos e pediu a todos que ponderassem sobre a elaboração das diretrizes, pois no retorno das atividades o grupo já estaria dividido por instância de

Conferência Regional de ARICANDUVA

governo, formando três grupos, um responsável por debater propostas de diretrizes para cada esfera governamental.

No retorno das atividades às 13h45, o facilitador retomou os assuntos debatidos e informou as participantes como seria a dinâmica de trabalho, sendo que cada grupo proporia diretrizes direcionadas a uma instância de governo, e após 15 minutos as propostas de diretrizes seriam trocadas de grupo e o mesmo grupo poderia acrescentar ou propor mudanças no texto do outro grupo, de modo que todos os grupos debateriam todas as propostas.

O facilitador controlou o tempo dos debates em subgrupos, sendo que seria dado 15 minutos para cada rodada de proposta. Após os primeiros 15 minutos de debate nos subgrupos, as propostas do grupo que debateu a instância municipal foram levadas ao grupo que debateu a instância estadual, e as propostas de diretrizes para o Estado foram levadas ao grupo que debateu a instância federal, e as propostas federais foram levadas ao grupo que debateu a instância municipal. E assim sucessivamente, até que todos os subgrupos debateram todas as propostas de diretrizes. O facilitador solicitou que cada subgrupo priorizasse, dentre as propostas para cada ente, as que o grupo avaliasse ser as mais relevantes, para serem apresentadas para todo o grupo.

Após as rodadas de debate e inversão das propostas de diretrizes, foram desfeitos os subgrupos e expostas todas as propostas de diretrizes. Foram elaboradas as seguintes propostas:

Para o município:

- Ampliação dos serviços socioassistenciais da proteção básica e especial, a fim de garantir de forma total a assistência social como um direito.
- Divulgação da rede de serviços, programas e projetos socioassistenciais.
- Ampliação do quadro de RH para dimensão de serviço de proteção básica garantindo a equipe multiprofissional.
- Investimento no profissional na área da Assistência Social garantindo melhores salários e capacitação continuada e plano de carreira para os profissionais de organização.

Conferência Regional de ARICANDUVA

Para o Estado:

- Aumento do repasse da verba estadual para qualificação profissional e para ampliação dos serviços.
- Reformular e ampliar o atendimento do departamento DRADS – Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social.
- Articulação das instancias da Assistência Social no nível estadual x município para efetivação do atendimento do usuário.

Para a União:

- Desvinculação da Assistência Social da pobreza e miséria, tratar a política como garantia de direito, assim como esta proposta, utilizando meios de comunicação para atingir o usuário como um cidadão portador de direitos, divulgar nos veículos de comunicação os direitos e serviços que o cidadão pode acessar.
- Aumento de repasse federal para assistência social.

Foram priorizadas pelos subgrupos as seguintes propostas de diretrizes:

Municipais

Ampliação dos serviços socioassistenciais da proteção básica e especial, afim de garantir de forma total a Assistência Social como um direito.

Garantir por meio de toda forma de mídia a divulgação da Assistência Social como direito, divulgando os serviços ofertados para garantir o acesso e o conhecimento do usuário.

Estadual

Qualificação da supervisão e monitoramento da DRADS capital, para melhor assessorar os CRAS, CREAS e Centros Pop na execução dos serviços no município.

Federal

Conferência Regional de ARICANDUVA

Aumento do repasse de recurso federal para 10% para implantação e ampliação dos serviços da proteção social básica e especial da Assistência Social de acordo com o CAD ÚNICO.

O grupo começou a debater as propostas priorizadas e houve muitas divergências de posicionamentos, ao pressionar os participantes, devido ao horário restrito, os participantes finalizaram as propostas de diretrizes dentro das possibilidades. Todas as propostas de diretrizes foram referendadas pelas participantes e o trabalho do grupo finalizado às 15h20.

4.5.3 Quadro do instrumental Dimensão 5 – Propostas Gerais

Dimensão 5 - Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo	
Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Ampliação dos serviços socioassistenciais da proteção básica e especial, a fim de garantir de forma total a assistência social como um direito.	Estado - Aumento do repasse da verba estadual para qualificação profissional e para ampliação dos serviços.
Divulgação da rede de serviços, programas e projetos socioassistenciais.	Estado - Reformular e ampliar o atendimento do departamento DRADS – Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social.
Ampliação do quadro de RH para dimensão de serviço de proteção básica garantindo a equipe multiprofissional.	Estado - Articulação das instancias da Assistência Social no nível estadual x município para efetivação do atendimento do usuário.
Investimento no profissional na área da Assistência Social garantindo melhores salários e capacitação continuada e plano de carreira para os profissionais de organização.	Desvinculação da Assistência Social da pobreza e miséria, trata a política como garantia de direito, assim como esta proposta, utilizando meios de comunicação para atingir o usuário como um cidadão portador de direitos, divulgar nos veículos de comunicação os direitos e serviços que o cidadão pode acessar.
	Aumento de repasse federal para assistência social.

4.5.4 Quadro do instrumental Dimensão 5 – Encaminhado para o Pleno

Dimensão 5 - Assistência Social é direito no âmbito do Pacto Federativo

Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Ampliação dos serviços socioassistenciais da proteção básica e especial, afim de garantir de forma total a Assistência Social como um direito.	Estado: Qualificação da supervisão e monitoramento da DRADS capital, para melhor assessorar os CRAS, CREAS e Centros Pop na execução dos serviços no município.
Garantir por meio de toda forma de mídia a divulgação da Assistência Social como direito, divulgando os serviços ofertados para garantir o acesso e o conhecimento do usuário.	União: Aumento do repasse de recurso federal para 10% para implantação e ampliação dos serviços da proteção social básica e especial da Assistência Social de acordo com o CAD ÚNICO.

Conferência Regional de ARICANDUVA

5. Plenária Final

15h30 – Início da Plenária Final.

A plenária foi iniciada sem que houvesse qualquer moção e a mesa de trabalho foi recomposta.

5.1 Moções

A **Conferência Regional de Assistência Social de ARICANDUVA** não teve moções.

5.2 Prioridades Dimensões

Após a leitura e aprovação das moções, teve início a leitura para aprovação das diretrizes (**Anexo 6**) discutidas e definidas pelas 5 (cinco) dimensões durante os trabalhos em grupo:

<i>Aprovação em Plenária - Diretrizes Dimensões</i>				
	<i>Municipal 1</i>	<i>Municipal 2</i>	<i>Estadual</i>	<i>Federal</i>
Dimensão 1	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Ampliação dos serviços e projetos socioassistenciais que estimulem a expressão cultural dos territórios.</p>	<p>Efetivar a articulação intersecretarial para melhorar a participação de todos os serviços que compõe a rede de garantia de direitos.</p> <p><u>Proposta de inclusão do termo "do sistema" aprovada</u> <u>Texto aprovado:</u> Efetivar a articulação intersecretarial para melhorar a participação de todos os serviços que compõe a rede do sistema de garantia de direitos.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Ampliar a divulgação dos programas e serviços socioassistenciais através dos meios de comunicação, priorizando a divulgação de anúncios educacionais no decorrer das programações de maior audiência.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Criar uma política de humanização dos serviços para usuários e trabalhadores do SUAS, semelhante a política de humanização da saúde.</p>
Dimensão 2	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Divulgar os dados de vigilância socioterritorial dos municípios, visando facilitar o controle social e viabilizar a implantação dos serviços do PSB e PSE, mediante dados de demanda reprimida.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Garantir a sustentabilidade dos serviços socioassistenciais de tal forma que fomente e viabilize a participação, autonomia e valorização dos trabalhadores sem prejuízo na qualidade do atendimento.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Criar parcerias público-privadas amplamente divulgadas para capacitar os profissionais e trabalhadores dos Serviços Sociais Públicos, com foco no fortalecimento do vínculo familiar e comunitário para garantir a participação do usuário.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Divulgar a política de Assistência Social através dos meios de comunicação para promover uma maior visibilidade dos serviços tipificados e suas ofertas.</p>

Conferência Regional de ARICANDUVA

<p>Dimensão 3</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Garantir para a política de Assistência Social a estrutura física, administrativa e de pessoal para a execução do SUAS, conforme demanda do município.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Efetivação do que já está preconizado no SUAS, com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Efetivação do que já está preconizado no SUAS com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido. "</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Efetivação do que já está preconizado no SUAS com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.</p>
<p>Dimensão 4</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Efetivar o plano de educação permanente, para todos os trabalhadores do SUAS, bem como a criação de ferramentas virtuais para acesso às informações de cronograma de capacitações.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Efetivar e ampliar o quadro de recursos humanos e a Rede Estatal conforme estabelecido na NOB-RH.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Garantir a qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Ampliar recursos financeiros considerando a revisão do quadro de RH, melhor remuneração e estrutura física dos serviços, em consonância a territorialidade das grandes metrópoles.</p>
<p>Dimensão 5</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Ampliação dos serviços socioassistenciais da proteção básica e especial, afim de garantir de forma total a Assistência Social como um direito.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Garantir por meio de toda forma de mídia a divulgação da Assistência Social como direito, divulgando os serviços ofertados para garantir o acesso e o conhecimento do usuário.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Qualificação da supervisão e monitoramento da DRADS capital, para melhor assessorar os CRAS, CREAS e Centros Pop na execução dos serviços no município.</p>	<p><u>Aprovada sem destaque:</u> Aumento do repasse de recurso federal para 10% para implantação e ampliação dos serviços da proteção social básica e especial da Assistência Social de acordo com o CAD ÚNICO.</p>

5.2.1 Instrumental preenchido com diretrizes aprovadas

**ANEXO II - Instrumental 1 – Orientação CNAS 5/2015 -
Avaliação do SUAS: reflexões e debates a partir das cinco
dimensões do tema da conferência**

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Dignidade Humana e Justiça social: princípios fundamentais para a consolidação do SUAS no pacto federativo.	Ampliação dos serviços e projetos socioassistenciais que estimulem a expressão cultural dos territórios.	Estado: Ampliar a divulgação dos programas e serviços socioassistenciais através dos meios de comunicação, priorizando a divulgação de anúncios educacionais no decorrer das programações de maior audiência.
	Efetivar a articulação intersecretarial para melhorar a participação de todos os serviços que compõe a rede do sistema de garantia de direitos.	União: Criar uma política de humanização dos serviços para usuários e trabalhadores do SUAS, semelhante a política de humanização da saúde.

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS	Divulgar os dados de vigilância socioterritorial dos municípios, visando facilitar o controle social e viabilizar a implantação dos serviços do PSB e PSE, mediante dados de demanda reprimida.	Estado: Criar parcerias público-privadas amplamente divulgadas para capacitar os profissionais e trabalhadores dos Serviços Sociais Públicos, com foco no fortalecimento do vínculo familiar e comunitário para garantir a participação do usuário.
	Garantir a sustentabilidade dos serviços socioassistenciais de tal forma que fomenta e viabilize a participação, autonomia e valorização dos trabalhadores sem prejuízo na qualidade do atendimento.	União: Divulgar a política de Assistência Social através dos meios de comunicação para promover uma maior visibilidade dos serviços tipificados e suas ofertas.

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Primazia da responsabilidade do Estado: por um SUAS Público, Universal, Republicano e Federativo	Garantir para a política de Assistência Social a estrutura física, administrativa e de pessoal para a execução do SUAS, conforme demanda do município.	Estado Efetivação do que já está preconizado no SUAS com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.
	Efetivação do que já está preconizado no SUAS, com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.	União: Efetivação do que já está preconizado no SUAS com a fixação de no mínimo 5% do recurso orçamentário, bem como mecanismos eficientes e o cumprimento do estabelecido.

Conferência Regional de ARICANDUVA

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do Pacto federativo	Efetivar o plano de educação permanente, para todos os trabalhadores do SUAS, bem como a criação de ferramentas virtuais para acesso às informações de cronograma de capacitações.	Estado: Garantir a qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS.
	Efetivar e ampliar o quadro de recursos humanos e a Rede Estatal conforme estabelecido na NOB-RH.	União: Ampliar recursos financeiros considerando a revisão do quadro de RH, melhor remuneração e estrutura física dos serviços, em consonância a territorialidade das grandes metrópoles.

Dimensões	Prioridades para o Município	Prioridades para o Estado e União
Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo	Ampliação dos serviços socioassistenciais da proteção básica e especial, afim de garantir de forma total a Assistência Social como um direito.	Estado: Qualificação da supervisão e monitoramento da DRADS capital, para melhor assessorar os CRAS, CREAS e Centros Pop na execução dos serviços no município.
	Garantir por meio de toda forma de mídia a divulgação da Assistência Social como direito, divulgando os serviços ofertados para garantir o acesso e o conhecimento do usuário.	União: Aumento do repasse de recurso federal para 10% para implantação e ampliação dos serviços da proteção social básica e especial da Assistência Social de acordo com o CAD ÚNICO.

5.3 Eleição de delegados e candidatos a delegados

Conforme dispõe o **capítulo V, art. 17, § IV, alíneas a), b) e c) da RESOLUÇÃO COMAS 1017 e 1016/2015**, que estabelece a proporcionalidade de: 01 (um) delegado titular eleito para cada 05 (cinco) participantes Conferência Regional, 01 (um) delegado suplente eleito para cada 10 (dez) participantes e até no máximo 10 (dez) observadores por Conferência Regional para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo; de acordo com a **RESOLUÇÃO COMAS 1017 e 1016/2015, no capítulo V, no art. 12, §II**, que dispõe sobre o critério de representação de 1/3 (um terço), para cada um dos segmentos de Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadoras de serviços de Assistência Social.

Também, conforme dispõe o **capítulo V, art. 18 da RESOLUÇÃO COMAS 1017 e 1016/2015**, que estabelece a eleição de candidatos a delegados para a participação na X Conferência Estadual de Assistência Social de São Paulo em cada uma das 31 (trinta e uma) Conferências Regionais, dentre os Delegados Municipais eleitos para a XI Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo, com a proporcionalidade: 01 (um) candidato a delegado estadual do segmento de entidades, 01 (um) candidato a delegado estadual do segmento de Trabalhadores do SUAS (CLT) ou Organização de Trabalhadores, 01 (um) candidato a delegado estadual do segmento Usuários ou Organização de Usuários, 01 (um) candidato a delegado estadual do segmento da Gestão do SUAS; 01 (um) candidato a delegado estadual de Trabalhadores do SUAS (Servidor), tendo cada candidato a Delegado Estadual, o seu respectivo suplente eleito por ordem decrescente de votação.

A lista final de delegados e candidatos a delegados eleitos está informada abaixo. As fichas originais e completas de todos os candidatos inscritos para as eleições de delegados na Conferência Regional de ARICANDUVA podem ser conferidas no **Anexo 7**.

Conferência Regional de ARICANDUVA

<u>Sociedade Civil - USUÁRIO</u>
Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Municipal
Elisabete Souza Monteiro
Katiani Trajano dos Anjos Santos
Sandra Antonio Costa
Solange Souza Ambrósio
Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Municipal
Não houve candidatos
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual
Sandra Antonia Costa
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos – X Conferência Estadual
Solange Souza Ambrósio
<u>Sociedade Civil – TRABALHADORES DO SUAS (CLT)</u>
Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Municipal
Elisabete Souza Monteiro
Filomena Vieira Cortez de Lima
Maria Angela da Silva
Rizanda Maria dos Santos Rodrigues
Vanessa do Nascimento Leal
William Antonio Alves de Sousa
Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Municipal
Jessica Carolina de Oliveira
Ricardo Scoenamiglio
Zeliane Karla de Farias Baltasar
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual
Não houve candidatos
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - X Conferência Estadual
Não houve candidatos

Sociedade Civil - ENTIDADE/ORGANIZAÇÃO SOCIAL
Delegados Titulares Eleitos - XI Conferência Municipal
Elisabete Souza Monteiro
Delegados Suplentes Eleitos - XI Conferência Municipal
Não houve candidatos
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual
Não houve candidatos
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - X Conferência Estadual
Não houve candidatos

<u>Poder Público - GESTÃO SUAS</u>
Delegados Titulares Municipais Eleitos - XI Conferência Municipal
Adriana Queiroz
Bruno Stinchi de Souza
Maria da Conceição Alves Pimentel
Mariangela Sant Anna da Silva
Tamara dos Santos Cereja
Delegados Suplentes Municipais Eleitos - XI Conferência Municipal
Não houve candidatos
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos – X Conferência Estadual
Adriana Queiroz
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos – X Conferência Estadual
Não houve candidatos
Observadores - XI Conferência Municipal
Não houve candidatos
<u>Poder Público - TRABALHADORES (SERVIDOR)</u>
Delegados Titulares Municipais Eleitos - XI Conferência Municipal
Ana Maria de Paula Martins
Mafalda Madalena Alves da Silva
Magdalena Rodriguez Bim

Conferência Regional de ARICANDUVA

Delegados Suplentes Municipal Eleitos - XI Conferência Municipal
Não houve candidatos
Candidatos a Delegados Titulares Eleitos - X Conferência Estadual
Magdalena Rodriguez Bim
Candidatos a Delegados Suplentes Eleitos - X Conferência Estadual
Mafalda Madalena Alves da Silva

16h15m - Após a aclamação dos delegados, a plenária foi encerrada.

Conferência Regional de ARICANDUVA

6. Avaliações da Conferência Regional de ARICANDUVA

Após a plenária final, os participantes encaminharam à Empresa Contratada a ficha de avaliação, contendo opiniões, críticas e sugestões, configurando um balanço da Conferência Regional de Assistência Social de ARICANDUVA

ARICANDUVA

ARICANDUVA, em diversos aspectos como Mobilização, Local e Infraestrutura (A Ficha Técnica da Vistoria e as Fichas de Avaliação preenchidas podem ser conferidas nos **Anexo 8 e 9**, respectivamente), Acessibilidade, Programação e Participação, conforme relatado em quadro e gráfico abaixo:

Avaliações	Ótimo	Muito bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não respondeu	Total
Divulgação-Mobilização	23	41	15	4	0	2	85
Local e infraestrutura	42	36	5	1	0	1	85
Acessibilidade	39	41	3	0	0	2	85
Programação	28	45	9	1	0	2	85
Participação	31	43	10	0	0	1	85

